

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**Elisiele Adolfo Carvalho
Marluce Josiane Santos Pires**

**CONTROLE INTERNO FINANCEIRO: ESTUDO DE CASO EM UMA
EMPRESA DE CORRESPONDENTE BANCÁRIO**

Santa Maria, RS
2018

**Elisiele Adolfo Carvalho
Marluce Josiane Santos Pires**

**CONTROLE INTERNO FINANCEIRO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA
DE CORRESPONDENTE BANCÁRIO**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis.**

Orientadora: Prof^ª Juliani Karsten Alves

Santa Maria, RS
2018

**Elisiele Adolfo Carvalho
Marluce Josiane Santos Pires**

**CONTROLE INTERNO FINANCEIRO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA
DE CORRESPONDENTE BANCÁRIO**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Aprovado em 27 de novembro de 2018:

**Juliani Karsten Alves, Prof^a. (UFSM)
(Presidente/Coordenador)**

Rodrigo Debus Soares, Dr. (UFSM)

Ana Paula Fraga, M^a. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

DEDICATÓRIA

Aos nossos pais Odete Adolfo Carvalho, Nelson Carvalho, Ana Roseli Cadaval dos Santos e João Marques dos Santos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos a Deus, pelo dom da vida e pela saúde.

Aos nossos pais, por sempre nos incentivarem a estudar, nos apoiarem quando estávamos desanimadas, por entenderem que em alguns momentos não podemos nos fazer tão presentes quanto gostaríamos, mas mesmo assim sempre estiveram com os braços abertos para nos receber.

Agradecemos também aos nossos maridos Lucas e Cristiano, pela paciência que tiveram durante os últimos cinco anos, e mais ainda nos últimos meses.

A nossa orientadora, professora Juliani Karsten Alves, que desde o início esteve sempre pronta para nos ajudar, nos incentivar e nos acalmar. Obrigada por toda a sua dedicação com o nosso estudo.

Aos demais professores e funcionários do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria que, de alguma forma, colaboraram para a nossa formação.

Ao gestor da empresa Planeje Assessoria de Negócios e toda a sua equipe, pela atenção, simpatia e dedicação durante o desenvolvimento deste estudo, a fim de que pudéssemos realizá-lo da melhor maneira possível.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, nos auxiliaram e colaboraram para nossa formação acadêmica nosso muito obrigada.

RESUMO

CONTROLE INTERNO FINANCEIRO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE CORRESPONDENTE BANCÁRIO

AUTORAS: ELISIELE ADOLFO CARVALHO E MARLUCE JOSIANE SANTOS PIRES
ORIENTADORA: JULIANI KARSTEN ALVES

O presente estudo buscou analisar e avaliar a eficiência das práticas de controle interno no setor financeiro de uma empresa de correspondente bancário, evidenciando as possíveis falhas existentes e caso necessário, as respectivas sugestões de melhoria. Para realizar a pesquisa utilizou-se o método de pesquisa descritiva e o estudo de caso. A pesquisa é classificada como aplicada, onde foi utilizado uma revisão na literatura e normas sobre o controle interno para a busca de conhecimentos e, assim, verificar e analisar os controles internos da empresa. Com as técnicas de observação e entrevista foi possível a coleta de dados, onde foi realizada a análise e avaliação dos controles internos utilizados pela empresa. Após a análise dos resultados, constatou-se que em seu setor financeiro a empresa possui controle interno, porém com algumas deficiências no setor financeiro que ferem os princípios de controle interno, tais como: segregação de função, rotinas internas e confronto dos ativos com os registros. Foram relatadas as falhas constatadas e assim, sugeridas suas respectivas melhorias para que a empresa possa aperfeiçoar seu controle interno e garantir a continuidade de seus trabalhos de forma confiável. Recomenda-se para estudos futuros, que sejam analisados os demais setores da empresa para que assim, esta possa aperfeiçoar todo seu controle interno e garantir de forma confiável a continuidade de seus trabalhos.

Palavras-chave: Controle Interno. Setor financeiro. Eficiência.

ABSTRACT

INTERNAL FINANCIAL CONTROL: CASE STUDY IN A BANK CORRESPONDENT COMPANY

**AUTHORS: ELISIELE ADOLFO CARVALHO AND MARLUCE JOSIANE SANTOS
PIRES**

ADVISOR: JULIANI KARSTEN ALVES

The present study sought to analyze and evaluate the efficiency of internal control practices in the financial sector of a banking correspondent company, showing the possible flaws and, if necessary, the respective suggestions for improvement. To carry out the research the descriptive research method and the case study were used. The research is classified as applied, where it was used a review in the literature and norms on the internal control for the search of knowledge and thus, to verify and to analyze the internal controls of the company. With the techniques of observation and interview it was possible to collect data, where the analysis and evaluation of the internal controls used by the company was carried out. After analyzing the results, it was verified that in its financial sector the company has internal control, but with some deficiencies in the financial sector that violate the principles of internal control, such as: segregation of function, internal routines and confrontation of assets with records. The failures reported were reported and, thus, their respective improvements were suggested so that the company can improve its internal control and ensure the continuity of its work reliably. It is recommended for future studies that the other sectors of the company be analyzed so that the company can improve all its internal control and reliably guarantee the continuity of its work.

Keywords: Internal Control. Financial sector. Efficiency.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Princípios fundamentais de controle interno	32
Figura 2 - Principais procedimentos de rotinas administrativas.....	38
Figura 3 - Questionamentos sobre a utilização das demonstrações contábeis	46
Figura 4 - Questionamentos sobre a utilização de informações contábeis e financeiras.....	47
Figura 5 - Questionamentos sobre a utilização das demonstrações contábeis	48
Figura 6 - Questionamentos sobre o setor de contas a pagar.....	49
Figura 7 - Questionamentos sobre o setor de contas a receber.....	50
Figura 8 - Logomarca da empresa	54
Figura 9 - Identidade Organizacional	55
Figura 10 - Vantagens de ser um franqueado	56
Figura 11 - Organograma	57
Figura 12 - Modelo de nota fiscal emitida pela empresa.....	62
Figura 13 - Relatório de comissão emitido pelas instituições bancárias	63
Figura 14 - Fluxo do contas a receber	64
Figura 15 - Fluxo do contas a pagar	68
Figura 16 - Tela principal do sistema Gestor HJWEB	70
Figura 17 - Tela inicial do sistema AVD Gestor	71
Figura 18 - Tela principal do sistema Domus	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características e diferenças básicas entre auditoria interna e externa.....	19
Quadro 2 - Principais conceitos de controle interno	20
Quadro 3 - Exemplos de controles contábeis e administrativos.....	23
Quadro 4 - Estudos anteriores	43
Quadro 5 - Objetivos específicos x técnica utilizada para alcançá-los.....	53
Quadro 6 - Questionário sobre o contas a receber.....	61
Quadro 7 - Questionário sobre o contas a pagar.....	65
Quadro 8 - Ineficiências constatadas e sugestões de melhorias	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICPA	American Institute of Certified Public Accountant
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DOC	Documento Original de Crédito
TED	Transferência Eletrônica Disponível

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMA	12
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo geral	14
1.2.2	Objetivos específicos	14
1.3	JUSTIFICATIVA	14
1.4	ESTRUTUTURA DO TRABALHO	15
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
2.1	AUDITORIA	16
2.1.1	Auditoria externa	17
2.1.2	Auditoria interna	18
2.1.3	Auditoria externa x auditoria interna	19
2.2	CONTROLE INTERNO	20
2.2.1	Classificação dos controles internos	22
2.2.1.1	<i>Controles administrativos</i>	22
2.2.1.2	<i>Controles contábeis</i>	22
2.2.1.3	<i>Exemplos de controles contábeis e administrativos</i>	23
2.2.1.4	<i>Natureza dos sistemas de controle interno</i>	24
2.2.2	Elementos do controle interno	24
2.2.3	Objetivos do controle interno	25
2.2.4	A importância do controle interno	25
2.2.5	A importância do controle interno para a gestão das empresas	26
2.2.6	Custo x benefício	27
2.2.7	Avaliação do sistema de controle interno	28
2.2.8	Teste de observância do controle interno	29
2.2.9	Resultado da avaliação do controle interno	29
2.2.10	Reflexos da falta de controle interno adequado	30
2.2.11	Responsabilidade pela determinação do controle interno	31
2.2.12	Princípios fundamentais de controle interno	31
2.2.12.1	<i>Responsabilidade</i>	33
2.2.12.2	<i>Rotinas internas</i>	33
2.2.12.3	<i>Instruções devidamente formalizadas</i>	33
2.2.12.4	<i>Acesso aos ativos</i>	34
2.2.12.5	<i>Segregação de funções</i>	34
2.2.12.6	<i>Limites de alçadas</i>	35
2.2.12.7	<i>Confronto dos ativos com os registros</i>	35
2.2.12.8	<i>Amarrações do sistema</i>	35
2.2.12.9	<i>Auditoria interna</i>	36
2.3	PROCEDIMENTOS DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS DO SETOR FINANCEIRO	37
2.3.1	Controle de fluxo de caixa	38
2.3.2	Controle de disponibilidades	39
2.3.3	Controle de aprovações de transações	39
2.3.4	Controle de sistemas	40
2.3.5	Relatórios de controle financeiro	40
2.3.6	Controle do caixa	40
2.3.7	Controle da conta banco	41

2.3.8	Controle de contas a receber	41
2.3.9	Controle de contas a pagar	42
2.4	ESTUDOS ANTERIORES	42
3	METODOLOGIA CIENTÍFICA	51
3.1	ENQUADRAMENTO CIENTÍFICO	51
3.2	TÉCNICAS DE PESQUISA	52
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	54
4.1	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	54
4.2	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS CONTROLES INTERNOS NO SETOR FINANCEIRO	59
4.2.1	O controle interno.....	59
4.2.2	O contas a receber	61
4.2.3	O contas a pagar	65
4.2.4	Funcionamento interno da empresa	68
4.2.5	Ineficiências constatadas e melhorias sugeridas	73
5	CONCLUSÃO	77
	REFERÊNCIAS	79
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	82

1 INTRODUÇÃO

O ramo de correspondentes bancários, empresas que desempenham a atividade de intermediação entre as instituições financeiras e os consumidores, vem crescendo consideravelmente nos últimos anos.

No ano de 2000 havia aproximadamente 20 mil correspondentes, em 2008 chegou a quase 130 mil, o que levou o acesso a serviços bancários para quase todos os municípios. Este crescimento é devido ao baixo custo para as instituições financeiras, pois utiliza-se da estrutura física do estabelecimento e ainda não tem a obrigatoriedade do correspondente utilizar funcionários exclusivamente para estes serviços. O crescimento ainda é justificado por atender quatro estratégias para as instituições, são elas: a) descongestionar agências; b) atingir novos segmentos de clientes; c) expansão dos serviços até a população de baixa renda nas periferias; d) criar uma organização sem estrutura própria, terceirizando completamente o contato com os clientes para o estabelecimento comercial (LOUREIRO et al., 2011).

Diante de um ambiente empresarial em constante evolução e cada vez mais competitivo, é preciso que as empresas estejam munidas e seguras com um sistema de controle interno adequado para garantir um maior grau de confiabilidade em suas informações contábeis, e assim auxiliar os gestores em uma melhor tomada de decisão.

O controle interno é um conjunto de procedimentos e técnicas que visam proteger os ativos e resguardar o patrimônio das empresas, detectando tempestivamente erros ou fraudes que possam refletir em perdas ou riscos que afetem de forma negativa o desempenho e a continuidade da empresa.

Para melhor entender o conceito de controle interno, pode-se dizer que são instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir o que acontece dentro da empresa e que possa refletir em seu patrimônio (FRANCO; MARRA, 2009).

O controle interno baseia-se nos aspectos administrativos que exercem uma influência direta nos aspectos contábeis da empresa, deste modo, esses aspectos precisam ser considerados para que se possa determinar um sistema de controle interno adequado.

1.1 PROBLEMA

A empresa Planeje Assessoria de Negócios, objeto deste estudo, está localizada na cidade de Santa Maria/RS e realiza a atividade de correspondente bancário, trabalhando assim

com um grande fluxo de recebíveis, o que pede maior atenção por parte do setor financeiro, setor este responsável por controlar todas as entradas e saídas da empresa.

Os recursos financeiros representam os ativos de direito da empresa, com algum grau de liquidez, que podem ser utilizados para financiar as atividades dessa entidade. Logo, os recursos financeiros de uma empresa são formados por ativos de fácil conversão em meios de pagamentos, como por exemplo, o dinheiro em espécie, depósitos bancários e títulos, utilizados pelas empresas para atingirem seus objetivos. Esses recursos fazem parte do patrimônio das entidades, devendo ser objeto de análise, estudo e um controle adequado.

Dessa forma, devido às comissões serem a principal fonte de entrada de recursos da empresa objeto dessa pesquisa, estas devem passar por um rigoroso controle para que não haja falhas das entradas e saídas dessas receitas. Portanto, a empresa precisa que o seu controle interno no setor financeiro seja eficaz e capaz de detectar tempestivamente qualquer possível risco de perda, falha ou até mesmo fraude.

É de suma importância que haja um controle interno nas operações das empresas, assim garantindo que os registros contábeis são confiáveis e ainda ajudem a minimizar os riscos de erros ou fraudes dentro do setor da empresa (YAMAMOTO et al., 2011).

Todos os recebimentos pelos serviços de intermediação são feitos através de comissões pagas pelas instituições financeiras aos correspondentes bancários. Essa comissão é definida pelas instituições financeiras levando em consideração vários fatores, como: o valor do contrato, o prazo de pagamento deste contrato, o tipo de contrato e a ocupação dos consumidores, se são produtores rurais, militares, funcionários estaduais ou federais, aposentados, pensionistas, assalariados ou autônomos.

O valor de recebimento referente às comissões do correspondente bancário fica fadado ao valor determinado pela instituição financeira através da sua política interna, dessa forma, a empresa não consegue projetar uma estimativa mensal de receita já que as comissões sofrem diversas alterações durante o mês.

Um controle interno adequado e cumprido pelos funcionários colabora para que a empresa tenha eficiência na sua gestão, nos processos e ainda uma redução de custos e melhoria na qualidade dos produtos e serviços. Se os procedimentos são bem executados, maiores são as chances de as metas da empresa serem atingidas e menor será a sua exposição a riscos operacionais (CREPALDI, 2017).

Nesse contexto, surge a questão-problema: há um controle interno eficiente no setor financeiro da empresa para identificar tempestivamente falhas ou riscos nas operações?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos são ações que se realizadas produzem uma resposta positiva para a solução do problema de pesquisa, subdividindo-se em geral e específicos.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo consistiu em avaliar a eficiência das práticas de controle interno no setor financeiro da empresa Planeje Assessoria de Negócios, sugerindo melhorias a partir dos resultados obtidos.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são etapas que colaboram para alcançar o objetivo geral, sendo eles:

- a) realizar uma revisão na literatura e normas sobre controle interno financeiro;
- b) verificar a existência e analisar o manual de normas escritas referentes ao controle interno no contexto do setor financeiro da empresa;
- c) verificar se a empresa aplica em seus processos as técnicas fundamentais de controle interno;
- d) analisar e avaliar as práticas de controle interno existentes;
- e) evidenciar possíveis falhas existentes no processo de controle interno atual;
- f) apresentar sugestões de melhoria para os controles internos da empresa, a partir dos resultados obtidos.

1.3 JUSTIFICATIVA

Através da realização deste estudo, será analisada a existência das práticas de controle interno na empresa, mais precisamente no setor financeiro, e evidenciadas possíveis falhas nos processos de controle interno existentes, bem como oferecer sugestões de melhorias.

Desta forma, a realização do estudo justifica-se uma vez que, a partir da sua realização, a empresa estudada estará ciente de quais são as principais falhas detectadas no controle interno em seu setor financeiro e quais os possíveis ajustes a fazer para corrigí-las, e contribuindo assim, para que a empresa garanta melhores resultados para sua continuidade.

A partir dos resultados apresentados, a empresa poderá direcionar esforços para melhorar seus processos de controle interno, bem como obter melhores práticas de gestão.

Este estudo também poderá servir de modelo para outras empresas similares perceberem a importância de um controle interno adequado para sua continuidade e também obter informações sobre as práticas de controle interno aceitáveis para este ramo e para as empresas similares.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos. Este primeiro capítulo, apresenta a introdução do estudo com um breve resumo sobre o tema, os objetivos, o problema e a justificativa.

O segundo capítulo refere-se da revisão bibliográfica, onde é apresentada a base teórica do estudo. Para tanto, é dividido em dividida em três seções: auditoria, controle interno e procedimentos de rotinas administrativas do setor financeiro.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia da pesquisa, que trata sobre os métodos e técnicas de pesquisa utilizados no estudo para o alcance dos objetivos traçados.

No quarto capítulo são apresentados os resultados obtidos e discussões desses na realização do estudo.

Por fim, o quinto capítulo, que finaliza o estudo, apresenta as conclusões do estudo, bem como sugestões de estudos futuros.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo é apresentada uma revisão bibliográfica (ou revisão de literatura), valendo-se de publicações científicas em periódicos, livros, canais de congressos e outros, sobre os aspectos teóricos que envolvem o tema de estudo.

2.1 AUDITORIA

Com o propósito de auxiliar o administrador da empresa, surgiu a especialização chamada auditoria, esta é utilizada como ferramenta de confirmação da contabilidade (ATTIE, 2011).

Attie (2011, p. 7) descreve o surgimento da auditoria,

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas.

A auditoria é considerada um conjunto de procedimentos técnicos que tem o intuito de verificar se as informações contábeis registradas pela empresa são fidedignas e confiáveis para os usuários, com o objetivo de auxiliar o auditor a chegar ao parecer final sobre a sua adequação, seguindo a literatura e as normas brasileiras de contabilidade.

Sendo assim, a auditoria é um estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade, que tem como objetivo aumentar a confiabilidade nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Essa confiabilidade é baseada na confirmação do auditor através da sua opinião, após todos os procedimentos e avaliações adequadas, se as demonstrações contábeis estão em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável (CREPALDI, 2017).

Dessa forma, a auditoria passou a ser uma das técnicas utilizadas pela contabilidade, com a função de verificar e examinar a escrituração e as demonstrações contábeis, e assim confirmar se as informações contidas nestas são fidedignas e adequadas, dando maior credibilidade à contabilidade (JUND, 2007).

Através dos procedimentos de auditoria, que são o conjunto de técnicas que o auditor utiliza para levantar provas e evidências suficientes, o auditor fundamenta sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas (NBC T 11, 2009).

Esses procedimentos de auditoria utilizados são baseados em um conjunto de verificações e investigações técnicas previstas em um programa de auditoria.

Conforme Attie (p. 13, 2011),

Os procedimentos de auditoria são selecionados e aplicados em conformidade com as normas de auditoria que exigem que o exame de auditoria seja executado com o devido cuidado profissional por pessoas com capacidade técnica, competência e independência ético-profissional, que o exame de auditoria seja planejado e supervisionado convenientemente, incluindo-se o estudo e avaliação dos controles internos, conclusivos quanto aos elementos comprobatórios suficientes e adequados que permitam a formulação da opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras em exame.

A auditoria pode ser dividida em externa e interna, sendo a primeira destinada a opinar sobre as demonstrações financeiras da empresa, enquanto que a interna tem a finalidade de promover melhorias nos controles administrativos da empresa de forma a assegurar a proteção do patrimônio (JUND, 2007). Nas próximas seções serão apresentados mais detalhes desta divisão.

2.1.1 Auditoria externa

A auditoria externa surgiu em consequência da evolução do sistema capitalista. A expansão do mercado em conjunto com o crescimento da concorrência fez com que as empresas ampliassem suas instalações. Antes as empresas eram mais familiares, mas com esse crescimento houve a necessidade da implantação de um sistema mais tecnológico, visando a redução de custos, com um maior controle e procedimentos internos (ALMEIDA, 2012).

A auditoria externa é um serviço contratado pela empresa, realizado por um profissional independente, que através de suas técnicas irá analisar a veracidade das informações encontradas nas demonstrações contábeis garantindo a confiabilidade destas informações para os usuários interessados.

O objetivo da auditoria externa é a confirmação de que as demonstrações financeiras representam adequadamente a real situação patrimonial da empresa (CREPALDI, 2017).

Durante os procedimentos de auditoria externa o auditor poderá identificar possíveis falhas, estas podem ser resultadas de controles internos fracos ou inadequados, o qual o auditor poderá propor mudanças com sugestões de melhorias.

O auditor externo deve tratar com mais atenção os erros de maior grau de significância em relação as demonstrações financeiras, pois esses podem levar os usuários das demonstrações contábeis a uma interpretação equivocada sobre elas (ALMEIDA, 2017).

2.1.2 Auditoria interna

A auditoria interna está ligada diretamente a administração da empresa sendo de responsabilidade do auditor interno a verificação periódica dos sistemas e técnicas de controle interno para a prevenção de erros e fraudes.

Crepaldi (2017) cita que é através da auditoria interna que se constitui o controle gerencial, este controle funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. A auditoria interna precisa ser executada por um profissional ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal, sempre em linha de dependência da direção empresarial.

No pronunciamento da NBC T 12 a auditoria interna é tratada como [...] “o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da Entidade”.

Jund (2007, p. 27) refere-se à auditoria interna como,

Uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das áreas, em relação às atribuições e aos planos, às metas, aos objetivos e às políticas definidos para a mesma.

Já Dias (2015, p. 3) relata que,

A atividade de auditoria interna geralmente é desempenhada por departamento de uma entidade incumbido pela direção de efetuar verificações necessárias e de avaliar os sistemas e procedimentos da entidade, com vista a minimizar as probabilidades de fraudes, erros ou práticas ineficazes.

Desta forma, a área de atuação da auditoria interna abrange a empresa como um todo, envolvendo todas as suas atividades, prevalecendo a verificação constante dos controles internos e a execução de rotinas administrativas (CREPALDI, 2017).

2.1.3 Auditoria externa x Auditoria interna

No Quadro 1 são apresentadas as principais características relacionadas a auditoria interna e externa, com o intuito de facilitar a compreensão das diferenças entre essas duas.

Quadro 1 - Características e diferenças básicas entre auditoria interna e externa

ELEMENTOS	AUDITORIA INTERNA	AUDITORIA EXTERNA
Profissional	Funcionário da empresa (auditor interno)	Prestador de serviço independente
Ação e Objetivo	Exame dos processos (Operacionais, contábeis e sistêmicos)	Demonstrações financeiras
Finalidade	Promover melhorias nos controles da empresa de forma a assegurar a proteção ao patrimônio	Opinar sobre as demonstrações financeiras
Relatório principal	Recomendações de controle interno e eficiência administrativa	Parecer
Grau de Independência	Menos amplo	Mais amplo
Interessados no trabalho	A empresa	A empresa e o público
Responsabilidade	Trabalhista	Profissional, civil e criminal
Número de áreas cobertas pelo exame durante um período	Menor	Maior
Intensidade dos trabalhos em cada área	Maior	Menor
Continuidade do trabalho	Contínuo	Periódico

Fonte: (JUND, 2007, p. 30).

Resumidamente, pode-se definir que a auditoria interna é realizada por um auditor interno dentro da empresa e tem como objetivo maior os processos, sejam operacionais, sejam contábeis, com a finalidade de manter a eficiência e eficácia dentro da empresa para manter a total proteção do patrimônio. Enquanto, a auditoria externa é realizada por um auditor independente e tem por objetivo conferir as demonstrações contábeis da empresa, garantindo um maior grau de confiabilidade nos resultados financeiros e confirmando a real saúde financeira da empresa.

2.2 CONTROLE INTERNO

O campo de atuação da auditoria contábil é a fiscalização do fiel cumprimento das normas internas da empresa e emissão de relatório de falhas, exercendo ação preventiva e saneadora, para confirmar a veracidade dos registros e a confiabilidade dos comprovantes para assim, poder opinar sobre a adequação das situações e informações contidas nas demonstrações e na salvaguarda dos direitos dos proprietários (CREPALDI, 2017).

No Quadro 2 apresentam-se as principais definições de controle interno trazidas por diversos autores.

Quadro 2 - Principais conceitos de controle interno

(continua)

AUTOR	DEFINIÇÃO
Almeida (2017, p. 53)	O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa. Os dois primeiros objetivos representam controles contábeis e o último, controles administrativos.
<i>American Institute of Certified Public Accountant</i> (AICPA) (apud JUND, 2007, p. 377)	O controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas coordenados, adotados numa empresa para proteger seus ativos, verificar a exatidão operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

Quadro 2 – Principais conceitos de controle interno

(conclusão)

<p>Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1998, p. 37)</p>	<p>Traz um conceito ampliado de controle interno, afirmando ser: [...] todos os processos e rotinas, de natureza administrativa ou contábil, destinados a fazer com que na empresa:</p> <p>(a) os colaboradores respeitem e adiram às políticas traçadas pela alta administração;</p> <p>(b) os ativos tenham sua integridade protegida;</p> <p>(c) as operações sejam adequadamente registradas, em sua totalidade, nos registros contábeis e fidedignamente retratadas pelas demonstrações financeiras.</p>
<p>Crepaldi (2017, p. 501)</p>	<p>Diferencia auditoria interna e controle interno definindo que: A auditoria interna equivale a um trabalho organizado de revisão e apreciação de trabalho, normalmente executado por um departamento especializado, ao passo que o controle interno se refere aos procedimentos e à organização adotados como planos permanentes da empresa.</p>
<p>Franco e Marra (2009, p.267)</p>	<p>Consideram meios de controle interno: Todos os registros, livros, fichas, mapas, boletins, papéis, formulários, pedidos, notas, faturas, documentos, guias, impressos, ordens internas, regulamentos e demais instrumentos de organização administrativa que formam o sistema de vigilância, fiscalização e verificação utilizado pelos administradores para exercer o controle sobre todos os fatos ocorridos na empresa e sobre todos os atos praticados por aqueles que exercem funções direta ou indiretamente relacionadas com a organização, o patrimônio e o funcionamento da empresa.</p>
<p>Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1998, p. 22)</p>	<p>O sistema de controle deve variar de acordo com a natureza do negócio, estrutura e tamanho da empresa, diversidade e complexidade das operações, métodos utilizados para processamento dos dados, e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.</p>

Fonte: Adaptado de Almeida (2017, p. 53); *American Institute of Certified Public Accountant* (AICPA) (apud JUND, 2007, p. 377); Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1998, p.22 - 37); Crepaldi (2017, p. 501) e Franco e Marra (2009, p.267).

De modo geral, os autores citados referem-se ao controle interno como sendo um conjunto de procedimentos e rotinas utilizados pelos administradores para exercer o controle sobre todos os fatos ocorridos na empresa, com o objetivo de proteger os ativos e o patrimônio da empresa, produzindo dados confiáveis para auxiliar a administração na tomada de decisões.

A implantação do controle interno deve ser feita de acordo com os aspectos administrativos e operacionais e, ainda, simultaneamente com os valores e políticas estabelecidas pelos administradores e alta gerencia, e obedecido por todos os colaboradores da entidade.

2.2.1 Classificação dos controles internos

Com o propósito de demarcar a dimensão do auditor para a revisão dos controles internos, esses foram subdivididos em dois grupos: controles administrativos e controles contábeis (PEREZ JUNIOR, 2011).

2.2.1.1 Controles administrativos

Os controles administrativos estão relacionados com às políticas administrativas, esses são os planos de organização e procedimentos para alcançar a eficiência operacional, garantindo que as transações e o acesso aos ativos sejam efetuados com a autorização da administração (PEREZ JUNIOR, 2011).

Crepaldi (2017) acrescenta que os controles administrativos dão ênfase à política de negócios da empresa e a seus registros financeiros, onde abrangem as normas salutaras que examinam as práticas saudáveis utilizadas no cumprimento dos deveres e funções, e ainda, o pessoal apto e qualificado a desenvolver as atividades, supervisionado pelo seu superior.

2.2.1.2 Controles contábeis

Os controles contábeis são os responsáveis pela proteção dos ativos e a validação dos registros contábeis, com o objetivo de permitir que as transações sejam registradas, com a elaboração periódica das demonstrações contábeis e a manutenção do controle contábil e ainda, permitir que os ativos registrados sejam comparados com as existências físicas e que

sejam tomadas as ações necessárias quando houver diferenças constatadas (PEREZ JUNIOR, 2011).

Esses controles estão relacionados ao plano de organização e todos os métodos e procedimentos para a proteção do patrimônio e a propriedade do plano organizacional com a segregação de funções para criar independência entre as funções, o sistema de autorização de acordo com as responsabilidades e riscos e por último, um sistema de registros seguindo o manual descritivo para o uso das contas (CREPALDI, 2017).

2.2.1.3 Exemplos de controles contábeis e administrativos

No Quadro 3 são demonstrados alguns exemplos citados por Almeida (2017) sobre os controles contábeis e administrativos.

Quadro 3 - Exemplos de controles contábeis e administrativos

CONTROLES CONTÁBEIS	CONTROLES ADMINISTRATIVOS
Sistemas de conferência, aprovação e autorização;	Análises estatísticas de lucratividade por linha de produtos;
Auditoria interna.	Controle de qualidade;
Controles físicos sobre ativos;	Treinamento de pessoal;
Segregação de funções (pessoas que têm acesso aos registros contábeis não podem custodiar ativos da empresa);	Estudos de tempos e movimentos;
	Análise das variações entre os valores orçados e os incorridos;
	Controle dos compromissos assumidos, mas ainda não realizados economicamente.

Fonte: Adaptado de Almeida, (2007).

Os exemplos citados por Almeida (2017) deixam mais claro que os controles contábeis são relacionados aos ativos e controles relacionados a parte contábil da empresa, enquanto os controles administrativos relacionam-se diretamente aos procedimentos e organização da empresa para garantir que as políticas internas estão sendo obedecidas.

2.2.1.4 Natureza dos sistemas de controle interno

Segundo D'Avila e Oliveira (2002), o sistema de controle interno pode ser de natureza preventiva, detectiva e corretiva:

- a) preventiva: atua como uma forma de prevenir a ocorrência dos problemas, exercendo o papel de uma espécie de guia para a execução do processo ou na definição das atribuições e responsabilidades inerentes;
- b) detectiva: detecta algum problema no processo, permitindo medidas tempestivas de correção;
- c) corretiva: serve de base para detectar erros, desperdícios ou irregularidades, depois que as mesmas já ocorreram, permitindo ações posteriores corretivas.

A utilidade do controle interno, tanto detectiva, quanto preventiva, torna-se evidente quando assegura a salvaguarda dos ativos da empresa e promove o bom desenvolvimento dos negócios, que protegem não só os negócios, mas também as pessoas que nela trabalham. O controle interno, para ser prático, deve ser apropriado ao tamanho da empresa e ao porte das operações, ser objetivo no que se pretende controlar e simples em sua aplicação. O sistema deve ser econômico, levando sempre em conta a relação custo-benefício.

Ainda de acordo com os procedimentos citados, Crepaldi (2017) acrescenta que os procedimentos de natureza preventiva são processos que antecedem um ato ou fato, prevenindo a ocorrência de omissões e inadequação de informações contábeis intempestivas. Já os de natureza detectiva são processos posteriores ou concomitantes, que visam identificar erros, omissões, inadequações e intempestividade da informação contábil.

2.2.2 Elementos do controle interno

Para que o sistema de controle interno funcione adequadamente alguns elementos são indispensáveis. Attie (1998) conceitua os principais em:

- a) plano organizacional simples e flexível, apresentando a apropriada segregação de funções para que assim cada departamento possa controlar suas atividades;
- b) sistema de autorização e procedimentos de escrituração adequados, para que se possam controlar as contas do ativo, do passivo, as receitas, os custos e as despesas;

- c) observação das práticas salutaras no cumprimento dos deveres e funções de todos os departamentos da empresa, esta prática faz com que nenhum funcionário possa manejar uma operação do início ao fim;
- d) pessoal com adequada qualificação técnica e profissional para exercer cada uma das funções atribuídas. Pessoas com eficiente formação na área em que vão desenvolver suas funções geram economia e eficiência para a empresa, e fazem com que os procedimentos presentes no manual de controle interno, sejam cumpridos com maior maestria.

2.2.3 Objetivos do controle interno

Os principais objetivos do controle interno são proteger os ativos e oferecer dados contábeis confiáveis através de controles contábeis, e ainda manter a equipe responsável pela gestão organizada através de controles administrativos (CREPALDI, 2017).

Attie (2011, p. 117) descreve como um dos objetivos do controle interno a “proteção do patrimônio contra quaisquer perdas e riscos devido a erros e irregularidades”.

Para que o sistema de controle interno seja adequado e útil para a empresa, é necessário que sigam os principais objetivos, como: proteger os ativos e promover a eficiência e eficácia operacional, garantir a confiabilidade da informação para à tomada de decisões, e incentivar a obediência às políticas da administração (JUND, 2007).

2.2.4 A importância do controle interno

A importância do controle interno é evidente a partir do momento em que se verifica que é através dele que a empresa pode garantir a continuidade do fluxo de suas operações. Desta forma, a contabilidade dos resultados gerados por esse fluxo é de suma importância para os empresários que utilizam essas informações como base para a tomada de decisão (CREPALDI, 2017).

Sem um controle interno, a empresa fica exposta a erros involuntários, assim como a desperdícios, que se tornam mais frequentes a partir do momento que não existem procedimentos de controle interno adequados (OLIVEIRA et al., 2009).

De acordo com Almeida (2017, p. 2),

O risco da ocorrência de um erro, em uma empresa com um bom sistema de controle interno, é muito menor do que em uma empresa com um sistema de controle interno ruim. O auditor externo utiliza o sistema de controle interno da empresa para determinar a amplitude dos testes de auditoria, ou seja, quando o controle interno for bom, o auditor externo faz um menor volume de testes; caso contrário, o auditor externo faz um maior volume de testes.

Para Oliveira et al. (2015, p. 71), um dos fatores que resume a importância dos sistemas contábil e de controles internos é o caráter preventivo, o qual é descrito como:

Um sistema de controle interno que funciona adequadamente constitui a melhor proteção, para a companhia, contra as fraquezas humanas. As rotinas de verificação e revisão são características de um bom controle interno, que reduzem a possibilidade de que erros ou tentativas fraudulentas permaneçam encobertos por muito tempo e permitem à administração ter maior confiança nas informações e demais dados gerados pelo sistema.

Segundo o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1998, p. 100), “A estrutura de controles internos é construída para assegurar que fraquezas nos procedimentos, falhas humanas, de equipamentos etc. sejam detectadas em tempo hábil durante a execução das funções atribuídas aos funcionários de uma empresa”.

Deste modo, o conjunto de procedimentos utilizados no controle interno tem por finalidade detectar erros e irregularidades que possam vir acontecer, por motivos intencionais ou até mesmo erro humano, onde estes erros ou irregularidades possam afetar negativamente o desempenho da entidade impactando em sua estrutura financeira e colocando em risco sua continuidade.

2.2.5 A importância do controle interno para a gestão das empresas

É crescente a relevância do controle interno para a gestão empresarial. Este crescimento está intimamente ligado ao fato de que as informações referentes à rotina interna da empresa são decisivas para a tomada de decisão dos seus gestores.

Toda a empresa necessita de informações que auxiliem a administração possibilitando que se tenha um melhor entendimento de todos os fatos que ocorrem dentro da empresa. Porém, essa informação será válida para a administração se ela for exata, confiável e oportuna, e se seus dados forem verídicos e tempestivos (ATTIE, 2007).

O controle interno deve fazer parte dos processos de gestão agindo como uma ferramenta de controle, onde através do contínuo monitoramento permita que a empresa tenha maior segurança nas suas atividades. Entretanto, esta ferramenta não deve ser vista como algo que possa substituir a administração da empresa, mas sim como um auxílio na gestão da organização (FLORIANO E LOZECHYI, 2008).

Horngren (1985) afirma que os relatórios oriundos do sistema contábil da empresa possuem uma importância de caráter informativo para os gestores. Essas informações possuem diversas finalidades, algumas delas são:

- a) relatórios internos para os administradores, com o intuito de auxiliarem no planejamento e no controle das atividades rotineiras da empresa;
- b) relatórios internos para os administradores utilizarem as informações para realizarem um planejamento estratégico;
- c) relatórios externos para os acionistas, para o governo e para outras partes externas que queiram obter informações sobre a empresa.

As informações fornecidas por esses relatórios auxiliam o controle interno a satisfazer as indagações da administração possibilitando uma tomada de decisão mais consciente e realista.

Horngren (1985) ainda enfatiza que o gestor deve indagar periodicamente as informações repassadas por esses relatórios, para que dessa forma se possam ajustar possíveis falhas que futuramente venham a afetar negativamente os resultados da empresa.

Em suma, para que se tenha uma boa governança corporativa, é necessária a implantação de técnicas que visem à identificação, avaliação e controle de riscos. É praticamente impossível que exista uma governança empresarial de qualidade sem um sistema de controle interno eficiente (SILVA, M., 2013).

2.2.6 Custo x benefício

Assim como em qualquer outro departamento, a empresa deve avaliar os custos que a implementação de um departamento de controle interno irá trazer a ela, e assim, confrontá-los com os seus prováveis benefícios.

Diante desta ideia, Almeida (2012, p. 64) relata que “O custo do controle interno não deve exceder aos benefícios que dele se espera obter”.

Desta forma, mesmo que o cálculo do benefício aparente ser difícil de por em prática, já que nem sempre é possível ter uma estimativa de benefícios futuros, fruto desse novo controle a ser implantado, é necessário que seja levado em consideração, em especial nos casos onde a implantação desse novo sistema possa vir a ter um efeito relevante nos custos da empresa (ATTIE, 1998).

2.2.7 Avaliação do sistema de controle interno

A avaliação preliminar do sistema de controle interno tem a finalidade de avaliar a eficácia dos sistemas contábeis e de controle interno, visando prevenir, detectar e corrigir distorções relevantes. O risco de controle não é totalmente excluído, sempre haverá algum risco de controle devido as limitações de qualquer sistema (FRANCO; MARRA, 2009).

Para o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1998, p. 23),

A eficácia do sistema de controle está sujeita a limitações, tais como mal-entendido das instruções, erros de julgamento, descuido, distração, fadiga, falta de responsabilidade e outros, que poderão alterar políticas e procedimentos; por esse motivo, o sistema de controle deve estar sob supervisão constante da administração da empresa, a fim de determinar se seu funcionamento se dá conforme as expectativas e promover correção ou alterações conforme as circunstâncias.

Almeida (2017, p. 62) menciona que,

A avaliação do sistema de controle interno compreende: determinar os erros ou irregularidades que poderiam acontecer; verificar se o sistema atual de controles detectaria de imediato esses erros ou irregularidades; analisar as fraquezas ou falta de controle, que possibilitam a existência de erros ou irregularidades, a fim de determinar natureza, data e extensão dos procedimentos de auditoria; emitir relatório-comentário dando sugestões para o aprimoramento do sistema de controle interno da empresa.

Attie (2007) destaca que a avaliação é realizada através da aplicação dos objetivos e princípios de controle interno, sendo que estes envolvem os controles contábeis e administrativos.

Ainda é afirmado por Attie (2011, p. 297) que,

Com a utilização dos questionários, a aplicação dos princípios de controle interno e a experiência profissional do auditor surgirá inevitavelmente a opinião global do auditor quanto à eficiência ou ineficiência dos controles internos em relação ao objeto em exame, o que será a base para a determinação da confiabilidade a ser neste depositada e para o estabelecimento dos procedimentos de auditoria a serem aplicados e sua extensão.

O propósito principal da avaliação dos controles internos é determinar a natureza, a profundidade e a extensão dos exames finais de balanço, e em seguida, sugerir aprimoramento em relatório específico (CREPALDI, 2017).

2.2.8 Teste de observância do controle interno

De acordo com Almeida (2017, p. 62), os testes de observância consistem em,

[...] o auditor se certificar de que o sistema de controle interno levantado é o que realmente está sendo utilizado. Acontece com frequência que uma empresa tem um excelente sistema de controle interno descrito em seu manual de procedimentos; entretanto, na prática, a situação é totalmente diferente.

O teste de observância tem por finalidade confirmar se a empresa faz uso de forma adequada dos controles internos documentados ao longo do tempo e ainda, se esses controles são efetivos para um sistema gerando uma informação correta e confiável.

2.2.9 Resultado da avaliação do controle interno

Conforme Attie (2011, p. 297), após a aplicação das técnicas de avaliação do controle interno seguido pela empresa, o auditor pode vir a defrontar-se dos seguintes resultados:

O sistema de controle interno é adequado; o sistema de controle interno é adequado, podendo, entretanto, ser aprimorado; o sistema de controle interno é adequado, existindo, porém fraquezas que deterioram e podem vir a comprometer o sistema em sua totalidade; o sistema de controle interno é inadequado, pois não atende aos princípios básicos vitais para a obtenção de um sistema de controle interno mínimo.

O sistema de controle interno pode ser classificado como adequado; adequado, porém, aprimorável; adequado com fraquezas; e ainda inadequado. Baseado na literatura de Attie (2007) define-se esses sistemas como:

- a) sistema de controle interno adequado: o sistema que apresenta todos os procedimentos, práticas e aspectos fundamentais, sendo desta forma possível alcançar todos os objetivos propostos;
- b) sistema de controle interno adequado, porém, aprimorável: quando se ressaltam os fatos em que o sistema pode ser melhorado de acordo com as circunstâncias e

necessidades da empresa, lembrando que esses aprimoramentos podem tornar o sistema mais confiável e em alguns casos até mais econômico;

- c) sistema de controle interno adequado com fraquezas: quando existe um sistema, mas ao mesmo tempo ele é falho, apresentando fraquezas que futuramente possam afetar o sistema como um todo;
- d) sistema de controle interno inadequado: é aquele que possui aberturas que possibilitam a ocorrência de diversos dolos e fraudes contra a empresa.

Ainda de acordo com Attie (2011, p. 297), “[...] o auditor deve determinar quais as possíveis consequências e implicações, quais os procedimentos de auditoria a serem aplicados e em que extensão, para a cobertura dos referidos assuntos, estudando-os em toda amplitude que merecem”.

Após a avaliação do sistema de controle interno, o auditor pode basear-se no resultado para definir o grau de confiabilidade que deve ser depositado nos saldos das demonstrações financeiras e assim fundamentar sua opinião e dar seu parecer para a empresa podendo acrescentar sugestões de melhorias, se necessário.

2.2.10 Reflexos da falta de controle interno adequado

Um sistema de controle interno inadequado ou com fraquezas está sujeito a possibilidade de erros ou fraudes, colocando em risco a saúde financeira da empresa. Ao concluir-se que o sistema de controle interno é inadequado, ele deixa de existir, pois seria incompatível chamá-lo de controle.

Vieira (2005, p. 13) afirma que “um ambiente com controle interno inadequado pode contribuir substancialmente para a ocorrência de fraudes, levando ao aumento dos riscos”. Crepaldi (2017) acrescenta que a ineficiência dos sistemas de controles internos abre espaços para o aumento de fraudes nas empresas, tendo em vista a falta de valores éticos, morais e sociais das pessoas.

Não se pode igualar a fraude ao erro, pois o erro é um acontecimento involuntário onde deixa rastros que o controle interno e a auditoria podem encontrá-lo e corrigí-lo. Enquanto a fraude é um ato intencional e consciente do colaborador, principalmente se for ocasionado por gerentes e alta administração.

A fraude é dividida em diversas modalidades, Attie (2018) cita como as mais importantes:

- a) não encobertas: Devido o controle interno ser muito fraco, o autor não acha necessário esconder. Como um exemplo, retirar dinheiro do caixa sem registro;
- b) encobertas temporariamente: Não afetam os registros. Como exemplo, retirar dinheiro referente as cobranças não registradas, onde o montante é coberto com registros futuros;
- c) encobertas permanentemente: O autor altera as informações nos registros e arquivos de forma fraudulenta. Como exemplo, subtrair para si dinheiro recebido de cliente, alterando os registros de somas dos registros de cobranças.

2.2.11 Responsabilidade pela determinação do controle interno

De acordo com o Attie (2007), é de responsabilidade da administração da empresa o planejamento, a instalação, bem como a supervisão de um sistema de controle interno. É da administração da empresa a responsabilidade pela boa gestão do patrimônio da entidade.

Attie (2007, p. 198) acrescenta que “As organizações empenhadas em manter um sistema sadio de controle interno obtêm sucesso porque os administradores fixam as regras do jogo”. Da mesma forma, o autor evidencia que para a empresa possa proteger o seu patrimônio, a administração deve reforçar o seu sistema de controle interno constantemente.

Mas para alcançar a eficiência de seu controle interno, a administração precisa trabalhar junto com sua equipe de funcionários. Para produzir os objetivos desejados, a administração pode trabalhar com recompensas aos funcionários que cuidem preventivamente da ocorrência de perdas; disciplinar a obediência às políticas; práticas e procedimentos; enfatizar a revisão dos relatórios de auditoria; interagir o pessoal quanto aos controles; analisar a pressão exercida para crescimento e seus benefícios; salientar o recrutamento, aplicação e disposição do pessoal à observação dos padrões éticos da organização e avaliar os programas de treinamento para assegurar a inclusão de temas que eduquem sobre o valor da disciplina do controle interno (ATTIE, 2018).

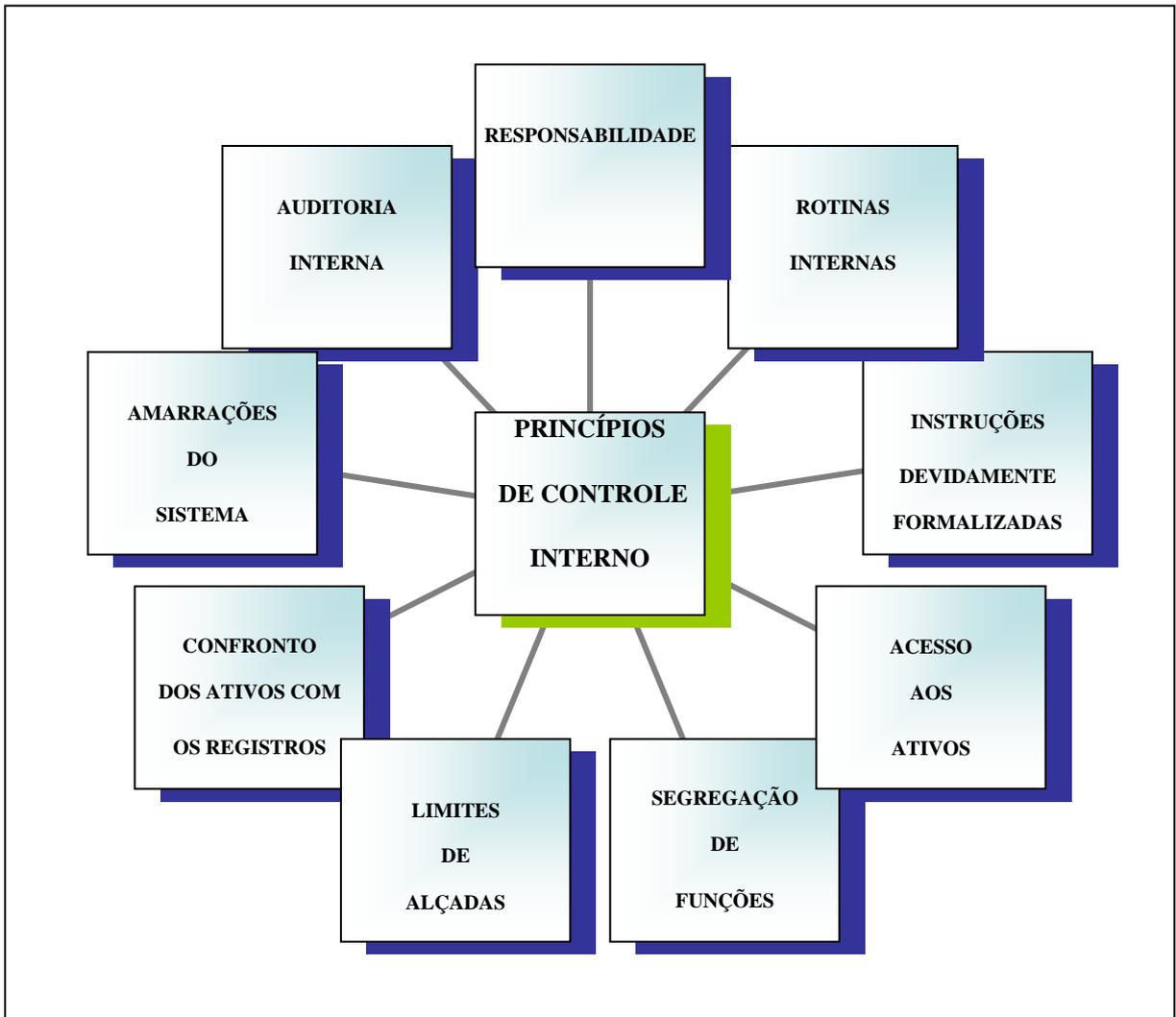
2.2.12 Princípios fundamentais de controle interno

Os princípios fundamentais de controle interno são ações rotineiras a serem seguidas pela administração da empresa, a qual fica responsável pelo controle interno, pela verificação do cumprimento desses procedimentos e também por orientar e ordenar os funcionários a desenvolver suas atividades (CREPALDI, 2017).

De acordo com a NBC T 11, “A responsabilidade primária na prevenção e identificação de fraudes e erros é da administração da entidade, através da implementação e manutenção de adequado sistema contábil e de controle interno”.

Na Figura 1 são expostos os princípios fundamentais de controle interno.

Figura 1 - Princípios fundamentais de controle interno



Fonte: Autoras.

Estes princípios, expostos na Figura 1, são apresentados individualmente juntamente com suas definições nas próximas seções.

2.2.12.1 Responsabilidade

A fim de detectar erros, verificar se os procedimentos e controles estão sendo executados e apurar as responsabilidades, o auditor deve identificar as atribuições dos setores, bem como dos funcionários da empresa e verificar se estas estão claramente definidas e limitadas, preferencialmente por escrito, através de manuais internos da organização (CREPALDI, 2017).

2.2.12.2 Rotinas internas

Em relação às rotinas internas, o auditor deve orientar a administração da empresa a:

Definir no Manual da Organização todas as suas rotinas internas. Essas rotinas compreendem: formulários internos e externos; instruções para o preenchimento e destinações dos formulários internos e externos; evidências das execuções dos procedimentos internos de controle (assinaturas, carimbos, etc.); procedimentos internos dos diversos setores da empresa. (CREPALDI, 2017, p. 519).

Almeida (2017) complementa o princípio de rotinas internas apresentando exemplos de algumas delas, tais como:

- a) formulários internos e externos: requisição de matéria ou serviços, formulário de cotação de preços, ordem de compra, mapa de controle de programação financeira, fichas de lançamento contábil, carta de comunicação com os bancos, adiantamento para viagem, relatório de prestação de contas de adiantamentos de viagem, entre outros;
- b) procedimentos internos dos diversos setores da empresa: contas a pagar, programação financeira, caixa, controle de faturamento, créditos e cobranças, fiscal e outras.

2.2.12.3 Instruções devidamente formalizadas

É de suma importância que os procedimentos e as instruções sejam formalizados através de ferramentas eficazes e emitidos por autoridades devidamente competente para tal ato, para que assim, alcance um grau de segurança adequado (JUND, 2007).

2.2.12.4 Acesso aos ativos

De acordo com Crepaldi (2017, p. 520), “A empresa deve limitar o acesso dos funcionários a seus ativos e estabelecer controles físicos sobre eles”, a fim de restringir movimento por todos em relação ao manuseio de numerários, emissão de cheques sozinho (assinatura única), manuseio de envelopes de dinheiros de salários, dinheiros em caixa, títulos, estoques, imobilizados e etc.

A segregação de funções é um dos procedimentos de controle interno que limita o acesso aos ativos, pois ela estabelece que nenhum funcionário pode ter sob sua responsabilidade as transações com dinheiro da empresa e ao mesmo tempo realizar os registros no sistema (ATTIE, 2011). Com a segregação de funções torna-se mais difícil de uma pessoa fraudar o sistema, pois ela não terá acesso a todos os ativos, sendo assim precisaria de mais de um colaborador para que tal ato fraudulento se aconteça.

2.2.12.5 Segregação de funções

A empresa precisa ter o conhecimento de que a segregação de funções tem como objetivo não permitir que uma mesma pessoa tenha acesso aos ativos e aos registros contábeis, pois essas funções são incompatíveis dentro de um sistema de controle interno (CREPALDI, 2017).

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1998, p. 20-21) colabora para este entendimento afirmando que:

A contabilização e as operações propriamente ditas devem ser segregadas. Um funcionário ou departamento não deve ocupar uma posição em que tenha controle contábil e, ao mesmo tempo, o controle das operações que geram os lançamentos contábeis. Mesmo que, num ambiente altamente informatizado, a introdução dos dados no sistema seja feita pelo próprio departamento que efetuou a operação, é o departamento contábil, que deve deter o controle final da contabilização desta transação.

A separação entre as funções de autorização/aprovação, execução, contabilização, operação e controle devem estar previstas na estrutura de um controle interno, para que assim nenhuma pessoa desempenhe funções e possua atribuições que estejam em desacordo com esse princípio (JUND, 2007).

Um sistema de segregação de função é de suma importância para determinar se os controles da organização são efetivos o suficiente para atingir os objetivos básicos de controle

interno e assim garantir a proteção de seus ativos (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1998).

2.2.12.6 Limites de alçadas

Segundo Jund (2007, p. 383), este princípio compreende:

O estabelecimento de alçadas e procurações de forma escalonada, configurando aos altos escalões as principais decisões e responsabilidades. A utilização de alçadas progressivas, com dupla assinatura de pessoas independentes entre si, fornece mais segurança à empresa, permitindo que as principais decisões, de acordo com os riscos envolvidos, fiquem canalizadas junto aos principais administradores.

2.2.12.7 Confronto dos ativos com os registros

É de responsabilidade da empresa estabelecer procedimento onde, os ativos que estão sob a responsabilidade de alguns funcionários, passem periodicamente por técnicas de confrontos com os registros contábeis (CREPALDI, 2017). Esse procedimento verifica se há desfalques de bens ou até mesmo falhas de registros de ativos.

Almeida (2017) acrescenta a este princípio alguns exemplos, tais como:

- a) contagem de caixa e comparação com o saldo do razão geral;
- b) contagem física de títulos e comparação com o saldo da conta de investimentos do razão geral;
- c) conciliação bancária;
- d) inventário físico dos bens do estoque e do ativo imobilizado, confronto com os registros individuais e comparação do somatório dos saldos desses registros com o saldo da respectiva conta do razão geral.

Da mesma forma, Jund (2007) apresenta que é de extrema importância que se estabeleçam o acompanhamento dos fatos contábeis/financeiros e operacionais, com o objetivo de que essas transações sejam efetuadas mediante atos legítimos, assim como relacionados com a finalidade do órgão/entidade, e autorizados por quem de direito.

2.2.12.8 Amarrações do sistema

Esse procedimento é adequado para evitar ações criminosas, detectar erros de forma rápida e caso seja necessário, desempenhar ações com uma maior velocidade. Crepaldi (2017)

apresenta que o sistema de controle interno deve ser conhecido, de forma que apenas transações autorizadas possam ser efetivadas, com valores corretos assim como dentro do período de competência.

Almeida (1996) acrescenta que o sistema de controle interno deve ser planejado de forma que, quando uma informação é registrada, a sua alteração só seja possível mediante uma autorização. Esta amarração também pode ser gerenciada pelo próprio sistema, informando os riscos que tal alteração irá provocar.

Para prevenir e detectar erros é essencial uma administração eficiente, e para aumentar essa eficiência é interessante que seja feita uma estruturação nas operações de tal forma que duas ou mais pessoas ou setores participem de uma mesma transação, onde o trabalho de uma sirva como prova para o trabalho do outro. Esta amarração não só aumenta a eficiência como também colabora para indicar qualquer erro casual ou intencional (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1998).

2.2.12.9 Auditoria interna

Esse procedimento é usado para verificar as ações dos funcionários periodicamente, juntamente com a verificação das normas internas e avaliar novas normas internas e suas modificações, caso necessário.

Jund (2007) cita que a função da auditoria interna é realizar um exame detalhado de todas as transações, assim como revisar os procedimentos contábeis e operacionais da empresa, assim como determinar o sistema de controle mais adequado.

De nada adianta a empresa implantar um sistema de controle interno de excelência se não houver um responsável por verificar periodicamente se todos os funcionários estão cumprindo o que foi determinado pelo sistema, assim como verificar se o sistema não deve passar por adaptações para atender a novas necessidades da empresa (CREPALDI, 2017).

Seguindo esta linha de pensamento percebe-se que é necessário que haja uma auditoria interna que se dirija a um membro da administração da empresa periodicamente, com o objetivo de verificar, avaliar e se necessário, aperfeiçoar os sistemas de controles internos (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1998).

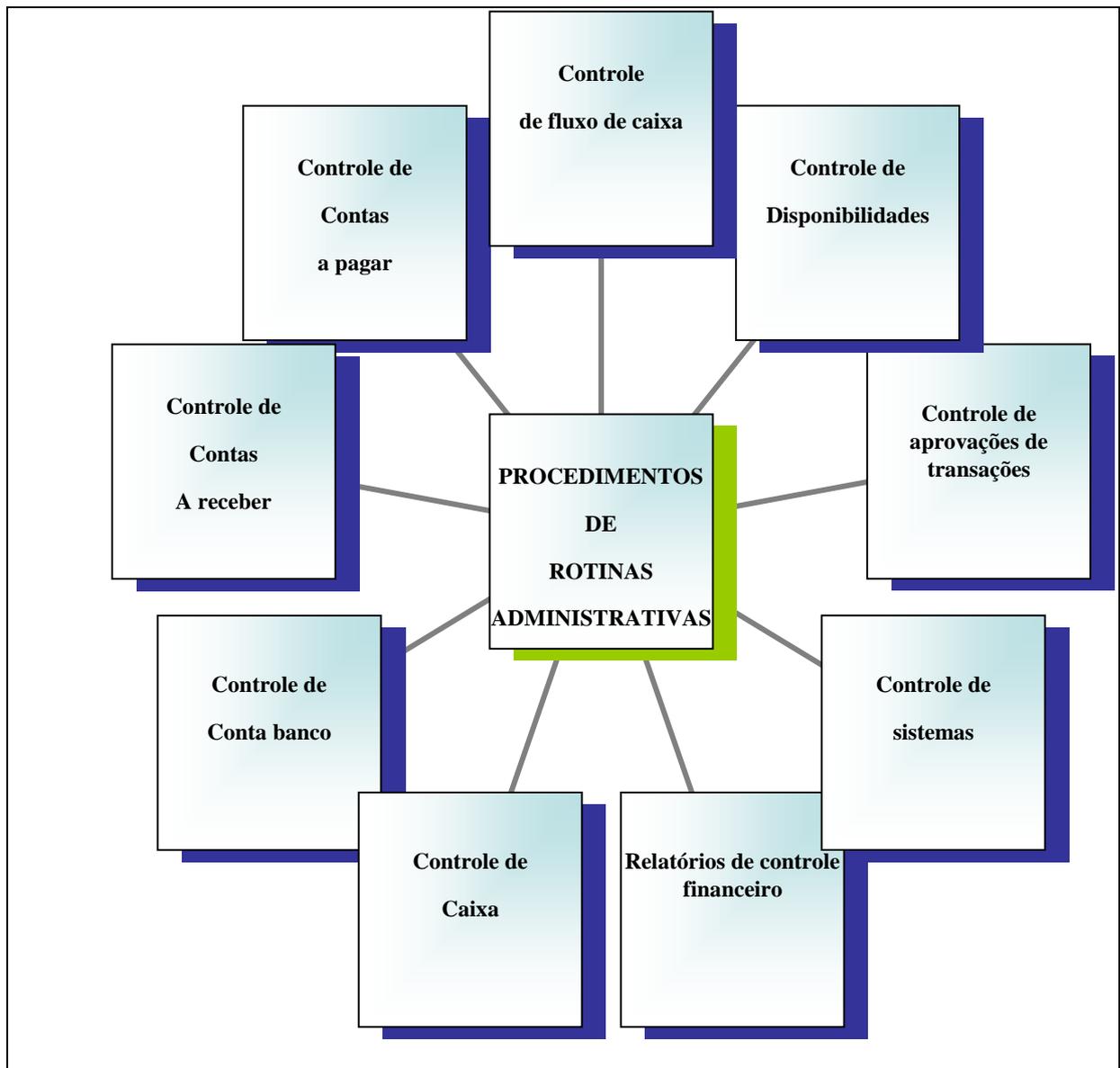
2.3 PROCEDIMENTOS DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS DO SETOR FINANCEIRO

Um dos grandes desafios das empresas é relacionar e controlar o sistema financeiro com as atividades do dia a dia. Estes controles são essenciais para a tomada de decisão da administração da empresa, por tanto precisam ter informações relevantes, com representação fidedigna e tempestiva (SILVA, E., 2009).

Devido a grande importância, há controles internos considerados controles chaves em qualquer ramo de empresa, eles se aplicam a: numerários, dinheiro em banco, faturamento, controle e remuneração de funcionários e contas a receber (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1998).

Na Figura 2 são apresentados os principais procedimentos de rotinas administrativas dentro de uma entidade.

Figura 2 - Principais procedimentos de rotinas administrativas



Fonte: Autoras.

Os procedimentos de rotinas administrativas apresentados na Figura 2 são definidos individualmente nas próximas seções.

2.3.1 Controle de fluxo de caixa

O fluxo de caixa é o principal instrumento da gestão financeira que aplica o planejamento, o controle e a análise das receitas, despesas, custos, investimentos, de acordo o período projetado. É considerado uma representação gráfica e cronológica de entradas e

saídas de recursos monetários, facilitando para as empresas a programação financeira e operacional (SILVA, E., 2009).

O fluxo de caixa real de uma empresa é uma importante informação gerencial, pois através dessa demonstração a gerência pode tomar diversas decisões, tais como: aplicação do lucro gerado, alternativas de investimentos, redução no capital de giro e ainda os motivos responsáveis pela mudança da saúde financeira da empresa (SILVA, E., 2009).

2.3.2 Controle de disponibilidades

O controle de disponibilidades deve ser feito com a conciliação do saldo de caixa e da reconciliação dos bancos, com base nos extratos bancários e registros contábeis. Deve-se conferir se as transações foram realizadas de acordo com os clientes devidamente cadastrados em seus sistemas de controle. É necessário ainda verificar se os valores pagos correspondem com os valores de notas fiscais, duplicatas ou recibos emitidos (SILVA, E., 2009).

O controle interno do numerário em caixa e em contas bancárias é considerado um dos mais importantes para as empresas, devido a se referir ao ativo mais líquido, o qual se for desviado, não requer trabalho algum para venda ou liquidação, pois já está em seu estado líquido (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1998).

2.3.3 Controle de aprovações de transações

Seguindo o raciocínio de Silva E. (2009), para aprovações de transações como pagamentos ou aquisição de bens e serviços é preciso que haja uma ou mais pessoas responsáveis pela autorização. O administrador financeiro deve ter um controle, via sistema, de assinaturas de todas as pessoas autorizadas a assinar cheques e documentos da empresa com procurações atualizadas.

2.3.4 Controle de sistemas

Segundo o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1998, p. 18),

Um bom sistema contábil de informação deve ser um conjunto articulado de dados, técnicas de acumulação, ajustes e edições de relatórios que permitam tratar as informações de natureza repetitiva com o máximo possível de relevância e o mínimo de custo, fornece relatórios por exceção para finalidades específicas, e outros tipos de relatórios e análises que atendam às necessidades da direção da empresa nestes novos tempos.

Silva, E. (2009) traz o entendimento de que existem controles de entrada, de processamento e saída de todas as inserções e deleções feitas pelos funcionários. Esses controles são realizados por sistemas de computadores e processos para verificar dados lançados referente a folha de pagamento, controle de contas a pagar e receber, previsão e monitoramento do fluxo de caixa.

2.3.5 Relatórios de controle financeiro

Os relatórios de controle financeiro são relatórios que ajudam o administrador a verificar se os saldos estão em linha com os valores previstos. São ferramentas para analisar operações e monitorar o desempenho para alcançar os objetivos da empresa (SILVA, E., 2009).

2.3.6 Controle do caixa

O controle de caixa é considerado fundamental para o administrador financeiro, pois trata dos recebimentos e desembolsos. O cuidado precisa ser redobrado se houver um grande volume em dinheiro ou cheques. O caixa é o setor mais visado para desvios e fraudes, por esse motivo a empresa deve investir em controles nesse setor para controlar todas as operações e transações (SILVA, E., 2009).

O objetivo da empresa é a geração de caixa, efetivando os lucros financeiramente necessários para a remuneração do capital investido, permitindo assim a continuidade da organização, ou seja, a sua existência por tempo indeterminado (PADOVEZE, 2010).

2.3.7 Controle da conta banco

No controle da conta banco estão os principais controles de caixa, principalmente nos cheques emitidos pela empresa, pois existem diferenças entre os extratos bancários e as contas da empresa devido a cheques emitidos e ainda não compensados, por exemplo. A empresa deve controlar rigorosamente seus pagamentos eletrônicos, como Documentos de Ordem de Crédito (DOC) e Transferências Eletrônicas Disponíveis (TED) (SILVA, E., 2009).

As conciliações bancárias demonstram as transações registradas pelo banco e as contabilizadas pela empresa, essa é a correta conciliação. Elas devem ser realizadas mensalmente através de uma reconciliação do saldo da conta corrente pelo extrato (registro do banco) com o saldo do razão analítico (registro da empresa) (ALMEIDA, 2017).

2.3.8 Controle de contas a receber

As contas a receber são direitos adquiridos da empresa devido a realização de vendas a prazo de bens ou serviços referentes ao seu objetivo social (ALMEIDA, 2017).

Contas a receber são consideradas um dos ativos mais importantes de uma empresa, esses recursos são oriundos de vendas a prazo de mercadorias e serviços a clientes ou ainda de outras transações que não sejam do objetivo principal da empresa (IUDÍCIBUS et al., 2000).

Como sugestão, na área de faturamento, o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1998, p. 45) acrescenta como procedimento importante,

Apresentação de detalhes de movimentação dos clientes (todos ou os principais, de acordo com a composição deste universo), especificando saldo inicial, vendas, desconto concedido e saldo final. Este tipo de relatório, apresentado periodicamente à diretoria ou a gerente que não tenha envolvimento com a venda ou com a concessão de créditos, permite a esses administradores perceber se houve movimentação não usual ou justificada ou descontos que possam estar excedendo os limites estabelecidos pelas políticas da empresa.

A falta de controle nas contas a receber pode ser um desastre para uma empresa. A empresa deve tratar com seriedade as contas a receber, criar políticas e procedimentos de cobranças, treinar seus funcionários sobre a importância da administração do contas a receber, ter a certeza que o cliente irá entender sua política de cobranças e fazer uso de sistemas e serviços de comprovada eficácia na cobrança (SILVA, E., 2009).

2.3.9 Controle de contas a pagar

O contas a pagar pode ser considerado como empréstimos sem juros dos fornecedores, na ausência do contas a pagar a empresa assumiria despesas com juros devido a empréstimos que precisassem ser tomados ou ainda usar seu próprio capital para liquidar suas faturas com fornecedores (SILVA, E., 2009).

É nesta conta que são registradas todas as obrigações da empresa, obrigações estas, decorrentes da sua atividade, tais como água, telefone, energia elétrica, propaganda, honorários profissionais de terceiros, aluguéis, e todas as outras contas a pagar (IUDICIBUS et al., 2000).

Segundo o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (1998, p. 71), “Um sistema de contas deve garantir a segurança de que nenhum pagamento seja efetuado sem a evidência documental da existência de um passivo e de se evitar pagamentos em duplicidade”.

Com o controle do contas a pagar a empresa consegue identificar os compromissos assumidos e ainda mantê-los organizados de acordo com as datas que deverão ser pagos, assim evitando qualquer esquecimento de pagamentos (SILVA, E., 2009).

Para que o controle seja eficiente e eficaz, é preciso que exista um controle através de conciliações mensais dos registros auxiliares de contas a pagar com os registros mantidos pela contabilidade, com essa prática é possível verificar se há erros no processo. Acrescentando ainda que esses controles devem ser feitos com a emissão de relatórios semanais ou mensais, para uma possível comparação com saldos anteriores, pagamentos efetuados e ingressos de novas contas a pagar (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1998).

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

O tema Controle Interno é de grande importância dentre os assuntos relacionados a área contábil. Desta forma, para verificar outros estudos já realizados nessa temática, realizou-se um estudo bibliométrico, através da busca na plataforma digital do *Google Acadêmico* de artigos e estudos anteriores que tratassem sobre o tema.

Para tanto, foram pesquisadas as palavras-chave “controle interno financeiro, controle interno no contas a pagar e receber”, selecionando a classificação por relevância e estudos realizados a partir de 2013. Foi realizada a leitura dos estudos encontrados e selecionados os

que apresentassem temática semelhante a temática objeto deste estudo. No Quadro 4 são apresentados estes estudos.

Quadro 4 - Estudos anteriores

(continua)

NOME DO ESTUDO	AUTOR	ANO	OBJETIVO GERAL DO ESTUDO
A importância do controle interno: Estudo de caso numa microempresa localizada no município de Campina Grande – PB.	Amanda Carolina Silva Pereira	2017	Identificar como ocorrem as práticas de controle interno numa microempresa, localizada no município de Campina Grande – PB.
Informações Contábeis e Financeiras em Microempresas: A Visão de Gestores da Indústria de Confecção em Sant’Ana do Livramento.	Matheus Brasil Freitas Thadeu José Francisco Ramos	2017	Analisar a percepção dos gestores de microempresas de Sant’Ana do Livramento, da indústria de confecção, sobre a utilização e à relevância das informações contábeis e financeiras, para a tomada de decisões.
Avaliação dos controles internos financeiros em uma empresa do ramo metal mecânico de Caxias do Sul – RS.	Deise Sobieskia; Melissa Esteves de Oliveira; Quelen Daiane Pereira de Melo; Catherine Chiap Dutra	2017	Elaborar uma proposta de melhoria dos controles internos financeiros em uma empresa do ramo metal mecânico de Caxias do Sul – RS.

Quadro 4 – Estudos anteriores

(continuação)

Gestão e análise financeira de três empresas do ramo alimentícios no município de Ibirubá – RS.	Vinícios de Campos	2016	Analisar as práticas de gestão e planejamento financeiro como eles auxiliam na administração, assim como a sua adequação para proporcionar uma tomada de decisão mais eficaz.
O controle interno na gestão das micro e pequenas empresas.	Emerson Vieira Campos	2015	Descrever a necessidade de controle interno nas micro e pequenas empresas localizadas no município de Coronel Bicaco – RS, e a proposição de modelos de controles para facilitar a gestão dos negócios.
Sistema de controle interno e tomada de decisão: um estudo de caso na empresa Embaré indústrias alimentícias S/A.	Ana Luiza Castro Miranda; Edson Rodrigo de Almeida	2015	Identificar as formas de controle utilizadas pela empresa, o escopo com que as informações são resumidas e analisadas e como as informações influenciam na tomada de decisão da empresa.
Os sistemas de controle interno utilizados no contas a receber das empresas de comércio de autopeças: O caso da empresa Eletropel Distribuidora de Autopeças LTDA.	Thalis Augusto Martins Barbosa	2014	Identificar os tipos de controles internos de contas a receber presentes na gestão de uma empresa comercial de distribuição de autopeças em Goiânia – GO.

Quadro 4 – Estudos anteriores

(conclusão)

Análise de controle interno: Estudo de caso no contas a pagar e receber das empresas Visaluz e Escola Shekinah.	Karin Fabiane Martinazzo Silva	2013	Identificar se os controles internos financeiros (contas a receber e contas a pagar) de duas empresas do Grupo Valmir Imóveis estão sendo realizados conforme preconiza a literatura e se atendem as normas de auditoria para os referidos controles internos.
---	-----------------------------------	------	--

Fonte: Autoras.

Após analisar os estudos apresentados no Quadro 4, verificou-se que dentre eles alguns se destacavam, sendo assim, sobre estes serão apresentadas considerações relevantes para este estudo.

Pereira (2017) elaborou o seu estudo com o objetivo de identificar como ocorrem as práticas de controle interno em uma microempresa. O estudo foi realizado com base na literatura disponível sobre o tema e também na coleta de dados realizada através de uma visita técnica na empresa estudada, onde se analisou documentos e também houve conversas informais com os gestores da empresa. O estudo elaborado por Pereira (2017) concluiu que a empresa analisada possui algumas ferramentas de controle, porém essas ferramentas não são suficientes para suprir todas as necessidades da empresa.

Freitas e Ramos (2017) desenvolveram seu estudo com o enfoque na apresentação da utilização e da importância que as informações contábeis e financeiras têm para os gestores. Para isso, foram realizadas entrevistas com gestores de quatro microempresas do ramo de confecção da cidade de Sant’Ana do Livramento / RS. Após a análise dos resultados das entrevistas, os autores concluíram que os gestores percebem a importância das informações contábeis e financeiras para as suas organizações, e que em sua maioria os entrevistados utilizam essas informações no dia a dia da empresa.

Nas Figuras 3 e 4, estão expostas algumas das perguntas feitas pelos autores aos entrevistados e que serviram de base para os dados apresentados no estudo.

Figura 3 - Questionamentos sobre a utilização das demonstrações contábeis

Questão	Entrevistados			
	A	B	C	D
Utilidade da contabilidade para a empresa	Ferramenta valiosa para tomada de decisões e medir resultados	Imprescindível	Considerada como a "alma" da empresa	Fundamental para a continuidade da empresa
Solicita e recebe Balancete de Verificação do Contabilista	Não	Sim	Não	Não
Solicita e recebe o Balanço Patrimonial	Não	Sim	Sim	Sim
Solicita e recebe a DRE	Não	Sim	Sim	Sim
Solicita e recebe outro demonstrativo	Elabora a sua própria contabilidade	Sem resposta	Elabora o próprio controle	Controle interno
Periodicidade da requisição	Sem resposta	Anual	Mensal	Semestral e Anual
Forma de utilização das Demonstrações Contábeis	Utiliza somente para cumprir as exigências do fisco e legislação societária	Sempre utiliza como fonte de informações para a tomada de decisões gerenciais	Sempre utiliza como fonte de informações para a tomada de decisões gerenciais	Sempre utiliza como fonte de informações para a tomada de decisões gerenciais
Solicita e utiliza relatórios complementares	Não solicita	Custos dos produtos e serviços para a formação de preços.	Não solicita	Custos dos produtos e serviços para a formação de preços.

Fonte: Freitas e Ramos (2017, p.12).

A Figura 3 evidenciou que todos os entrevistados enfatizaram a importância da contabilidade para a sua empresa. Porém, percebe-se também que mesmo sabendo dessa importância, essas informações nem sempre são utilizadas como deveriam.

Figura 4 - Questionamentos sobre a utilização de informações contábeis e financeiras

Questão	Entrevistados			
	A	B	C	D
A empresa possui ou utiliza um Sistema de Informação Contábil?	Sim.	Não.	Sim.	Fluxo de caixa.
São realizadas projeções financeiras e desempenhos futuros com base em informações contábeis e financeiras?	Não.	Não.	Sim.	Sim, poderia ser mais aprofundado.
A empresa é optante pelo Simples Nacional? Porque foi adotado este sistema de tributação?	Sim. Por orientação do contador.	Sim.	Sim. Mais vantajosa esta forma de tributação.	Sim. Pela simplificação dos impostos.
A empresa calcula o preço de custo de seus produtos? Caso positivo, como é feito o cálculo?	Sim. Temos planilha desenvolvida especialmente para atividade.	Sim. Através de uma tabela.	Sim. Planilha de custos.	Sim. Trabalho por quilo, preciso fazer o cálculo de quantas peças saem no quilo.
Como a empresa calcula o preço de venda de seus produtos?	Através de planilha de custos.	Cálculo de custos de matéria-prima, serviços, etc.	Considera a planilha de custos e os valores de mercado.	O cálculo engloba impostos, custo operacional - fretes, perdas etc. A soma de tudo mais o lucro é o preço final.
Existe conciliação contábil na empresa?	Sim.	Sim.	Não.	Sim. Via conta bancária. [Controle] poderia melhorar.
A empresa elabora a ferramenta de fluxo de caixa?	Não.	Sim.	Sim.	Sim. Incompleta por falta de pessoal técnico.
A empresa possui um controle de suas contas a pagar e a receber? Caso positivo, como é realizado?	Sim. Possui programa específico	Sim. Através de uma planilha.	Sim. Através de planilhas.	Sim. Preço muito estes itens.

Fonte: Freitas e Ramos (2017, p. 13).

Na Figura 4 são apresentados os questionamentos sobre os sistemas de informações contábeis e financeiras presentes nas empresas. Percebeu-se que das quatro empresas entrevistadas, três fazem uso de algum tipo de sistema de controle, e que duas afirmam não realizarem projeções financeiras e de desempenhos futuros, sendo esta uma das grandes consequências da falta de controle.

Campos, V. (2016) realizou o seu estudo com o objetivo de verificar quais os controles internos que as empresas analisadas utilizam, para isso foram realizadas entrevistas com os gestores. Após a coleta e análise dos dados o autor concluiu que das três empresas estudadas, duas apresentam apenas um conhecimento baseado em suas experiências vividas e o controle financeiro é feito na forma de anotações manuais. Apenas uma das empresas apresenta um nível de informações contábeis e financeiras satisfatório.

Para chegar a essa conclusão, o autor realizou diversos questionamentos às empresas estudadas.

Na Figura 5 são apresentados alguns dos questionamentos feitos pelo autor aos entrevistados, assim como as suas respostas.

Figura 5 - Questionamentos sobre a utilização das demonstrações contábeis

A empresa utiliza algum software financeiro?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
A empresa A não possui um software de controle financeiro.
As empresas B e C utilizam um sistema para informações financeiras.
Existe controle formalizado de contas à pagar e à receber?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
A empresa A não possui um controle
As empresas B e C utilizam um controle
Sendo que destas a empresa B realiza o controle através de uma agenda
Já a empresa C possui um software destinado a coletar os dados
Existe um controle formal de controle financeiro bancário?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Todas as empresas estudadas realizam esse tipo de ferramenta.
Como é o nível de informação disponível sobre a situação financeira da empresa
<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Satisfatório <input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Excelente
Empresa A ruim,
Empresa B satisfatório,
Empresa C excelente.
A empresa recebe algum tipo de assessoria financeira?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Nenhuma das empresas estudadas recebe assessoria financeira
Como é feita a contabilidade da empresa?
<input type="checkbox"/> Tercerizada <input type="checkbox"/> Na empresa
As empresas A e B terceirizam a contabilidade, já a empresa C dispõe de uma contabilidade inserida na empresa

Fonte: Adaptado de Campos, V., (2016).

Os dados apresentados na Figura 5 destacam que a empresa A é a única que não utiliza nenhum tipo de *software* financeiro e que por consequência apresenta um nível ruim de informações disponíveis sobre a situação financeira da empresa. Evidenciando que a falta de controle interno financeiro pode trazer péssimas consequências para a empresa.

Campos, E. (2015) realizou o seu estudo com o objetivo de descrever a necessidade de controles internos em micro e pequenas empresas, para isso, o autor fez uso de um questionário fechado aplicado em 159 micro e pequenas empresas localizadas no município de Coronel Bicaco, no Rio Grande do Sul. Após a análise dos resultados do questionário o autor concluiu que há uma falta de controle em praticamente todas as empresas estudadas e consequentemente se evidenciou a necessidade de um sistema de controle interno eficiente para o processo de gestão das micro e pequenas empresas.

Sobieski et al. (2017) realizaram o seu estudo com o objetivo de avaliar os controles internos financeiros de uma empresa do ramo metal mecânico de Caxias do Sul / RS, para se alcançar tal objetivo foram realizadas pesquisas exploratórias, bibliográfica e documental. Após a análise dos resultados os autores concluíram que a empresa se utiliza de controles

internos, porém com algumas deficiências, sendo que essas deficiências podem ser melhoradas, tornando os processos mais confiáveis e eficientes, para então tornar a tomada de decisão mais segura.

Silva, K. (2013) desenvolveu o seu estudo com o objetivo de identificar se os controles internos financeiro de duas empresas de um mesmo grupo empresarial estavam sendo realizados conforme a literatura orienta. Para tanto, a autora realizou diversos questionamentos as duas empresas, objeto do estudo, que serão apresentados a seguir.

Na Figura 6 estão os questionamentos realizados pela autora sobre o setor de contas a pagar das empresas.

Figura 6 - Questionamentos sobre o setor de contas a pagar

Nº	Questionário
1	As contas à pagar são reais e representam efetivamente as obrigações?
2	Existe senhas de acesso no sistema de contas a pagar?
3	Há revisão e autorização dos pagamentos?
4	As baixas de duplicatas à pagar são realizadas com documentos hábeis e comprobatório?
5	O responsável pelo contas a pagar tem autorização para baixa por devolução?
6	Há controle de pagamentos para evitar atrasos?
7	Há políticas para as duplicatas a pagar vencidas e não pagas?
8	Há possibilidade de inclusão de compromissos no contas a pagar sem autorização?
9	As alterações de vencimento no contas a pagar são devidamente registradas e aprovadas?
10	Os juros são pagos com autorizações?
11	Os juros são pagos em documentos específicos?
12	Existem duas assinaturas escritas ou eletrônica para efetuar o pagamento?
13	Existe a possibilidade de um pagamento ser feito em duplicidade?
14	O responsável pelo contas a pagar também é responsável pela conciliação contábil?
15	Há realização de conciliações periódicas do contas a pagar com a contabilidade?
16	As contas a pagar são contabilizadas de acordo com os princípios da contabilidade?

Fonte: Silva, K., (2013, p. 32).

Os questionamentos realizados pela autora sobre o setor de contas a pagar têm o propósito de confirmar se as empresas tratam suas contas a pagar conforme a literatura orienta.

A Figura 7 evidencia os questionamentos sobre o setor de contas a receber das empresas.

Figura 7 - Questionamentos sobre o setor de contas a receber

Nº	Questionário
1	As contas à receber são reais e representam direitos efetivos contra os devedores?
2	Existe senhas de acesso no sistema de contas a receber?
3	O crédito concedido aos clientes necessitam de autorização?
4	As contas a receber são contabilizadas de acordo com os princípios da contabilidade?
5	Existe autorização para concessão de descontos e/ou dispensa de juros?
6	As baixas de duplicatas a receber são realizadas com documentos hábeis e comprobatório?
7	O responsável pelo contas a receber tem autorização para baixa por devolução ou perda?
8	Há políticas de controle de duplicatas a receber vencidas e não recebidas?
9	Há possibilidade de inclusão de compromisso no contas a receber sem autorização?
10	As alterações de vencimento no contas a receber são devidamente registradas e aprovadas?
11	Os recebimentos do contas a receber são efetuados diretamente na conta caixa/bancos?
12	Os recebimentos do contas a receber são retidos por alguns dias antes da efetiva baixa?
13	Há procedimentos de segurança no caso de recebimento por meio de cheque?
14	Há realizações de conciliações periódicas do contas a receber com a contabilidade?
15	O responsável pelo contas a receber também é responsável pela conciliação contábil?

Fonte: Silva, K., (2013, p. 34).

Na Figura 7 são apresentados os questionamentos da autora a respeito do funcionamento do setor de contas a receber das empresas, para que desta forma a autora possa formular suas considerações sobre o seu estudo.

Após a análise dos resultados, a autora conseguiu concluir que as duas empresas pertencentes ao Grupo Valmir Imóveis fazem uso da maior parte dos procedimentos de controles internos financeiros que a literatura apresenta, assim como as normas de auditoria.

3 METODOLOGIA CIENTÍFICA

A metodologia científica é a busca pelo procedimento e o estudo do método utilizado pelo cientista para conduzir a pesquisa. É o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento desejado. Neste capítulo estão apresentados o enquadramento científico e as técnicas de pesquisa utilizadas para que fosse possível realizar este trabalho.

3.1 ENQUADRAMENTO CIENTÍFICO

Para o desenvolvimento deste trabalho, quanto à abordagem, a natureza do estudo classifica-se como qualitativa, pois fará uso de dados descritivos, buscando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada, preocupando-se muito mais com o processo do que com o produto (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto à natureza, essa pesquisa é classificada como aplicada, pois, para sua aplicação buscam-se primeiro os conhecimentos para depois aplicar a prática direcionada à solução de problemas específicos (PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisa aplicada justifica-se na busca de conhecimentos na revisão da literatura e normas sobre o controle interno para a verificação e análise do manual de normas escritas referente ao controle interno da empresa.

Em relação aos objetivos, o estudo classifica-se como descritivo, pois busca observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem a manipulação do pesquisador (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa é considerada descritiva, pois após observar os processos e técnicas de controle interno usados pela empresa, os mesmos serão classificados e após serão interpretados, para que possa se chegar a um resultado e, assim, apresentar as devidas sugestões de melhoria.

Como procedimento utilizado para esta pesquisa, foi utilizado o estudo de caso, o qual é um estudo mais profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, para obter um conhecimento amplo e detalhado.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 60), o estudo de caso “[...] é um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade”.

O estudo de caso justifica-se pelo fato de ser feito uma investigação mais aprofundada para avaliar de quais práticas de controle interno a empresa utiliza, e se a mesma está aplicando em seus processos os princípios de controle interno.

3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

No que diz respeito às técnicas de pesquisa foram utilizadas as técnicas de observação e entrevista.

O método de observação foi utilizado em um primeiro momento para que fossem conhecidos quais os processos de controle interno aplicados pela empresa.

Gil (2008, p. 119) afirma que,

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva.

Após essa observação, foi realizada uma entrevista, técnica em que o investigador formula perguntas em frente ao investigado, para a obtenção e confirmação de dados relevantes para o resultado desse estudo.

Gil (2008, p. 128) define a entrevista como:

[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

A entrevista foi realizada na matriz da empresa Planeje Assessoria de Negócios, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, no dia 10 de outubro de 2018. Para o fornecimento dos dados foram entrevistados o diretor da empresa, Gilnei Moraes, e também participou da entrevista André Moss, bacharel em Ciências Contábeis, responsável pelo setor financeiro da empresa a um ano.

As perguntas feitas aos entrevistados foram compostas de respostas abertas e fechadas e estão apresentadas no Apêndice A. Assim, a entrevista possuía perguntas referentes à

empresa, o entendimento sobre controle interno e perguntas criadas a partir do levantamento realizado através da pesquisa bibliográfica e da observação da empresa.

No Quadro 5 estão apresentados os objetivos específicos com as respectivas técnicas utilizada para alcançá-los.

Quadro 5 - Objetivos específicos x técnica utilizada para alcançá-lo

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TÉCNICA UTILIZADA
Realizar uma revisão na literatura e normas sobre o controle interno financeiro.	Revisão bibliográfica
Verificar a existência e analisar o manual de normas escritas referentes ao controle interno no contexto do setor financeiro da empresa.	Observação
Verificar se a empresa aplica em seus processos as técnicas fundamentais do controle interno.	Entrevista
Analisar e avaliar as práticas de controle interno existentes.	Observação
Evidenciar possíveis falhas existentes no processo de controle interno atual.	Análise qualitativa
Apresentar sugestões de melhoria para os controles internos da empresa, a partir dos resultados obtidos.	Análise qualitativa

Fonte: Autoras.

Os objetivos específicos mencionados no Quadro 5 contribuíram para que fosse possível alcançar o objetivo geral deste estudo, objetivo este de avaliar a eficiência das práticas de controle interno no setor financeiro da empresa Planeje Assessoria de Negócios, sugerindo melhorias a partir dos resultados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo apresentam-se o histórico da empresa objeto deste estudo, bem como os resultados obtidos com a entrevista e recomendações de melhorias.

4.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A empresa Planeje Assessoria de Negócios foi fundada em 10 de setembro de 2010, na cidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul. Por questões de logística, no ano de 2017 a empresa decidiu transferir sua matriz para a cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, por acreditar que assim facilitaria a expansão do seu negócio, já que a cidade está localizada no centro do estado.

Na Figura 8 é apresentada sua logomarca.

Figura 8 - Logomarca da empresa

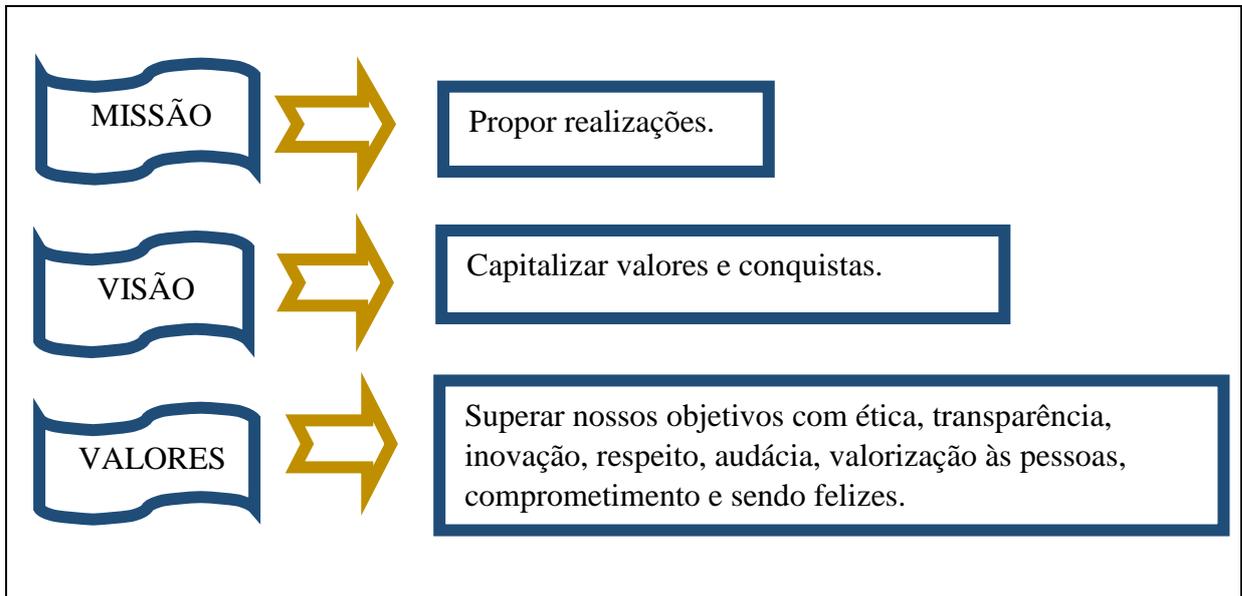


Fonte: Empresa estudada.

A logomarca da empresa foi elaborada com base no estudo de três características. O dinheiro, que colabora para que os principais serviços sejam prestados, o planejamento, que deu origem ao nome da empresa, e ainda o crescimento, que está presente nos sonhos de todos os clientes.

A sua identidade organizacional está representada na Figura 9, através dos elementos de missão, visão e valores.

Figura 9 - Identidade Organizacional



Fonte: Autoras.

Há 8 anos no mercado, a empresa realiza as atividades de crédito consignado abrangendo todo o ramo para crédito pessoal, ramo imobiliário com financiamentos e créditos com garantia de imóvel, seguros, consórcios, e está acrescentando o serviço de vendas de máquinas de cartão de crédito. Cada produto desses se estende a um número maior de opção de serviços, onde conta com aproximadamente um portfólio de 30 produtos.

Além desses serviços, a empresa conta ainda com as franquias, que é considerada uma receita secundária da empresa. Em relação às franquias, a empresa trabalha da seguinte forma: quando surge um potencial candidato a obter uma franquia, o responsável pela empresa realiza uma reunião de apresentação. Nesta reunião é apresentado o modelo de negócio desenvolvido pela empresa, quais as vantagens desse negócio, quais as exigências, o seu custo e sua perspectiva de retorno.

Após a efetivação da venda da franquia, a empresa fornece um treinamento de cinco dias na sua sede, onde o setor responsável pelos treinamentos ensina todo o processo que o franquiado precisa para realizar as atividades em sua franquia. Quando a franquia é aberta, a empresa disponibiliza uma equipe que permanece na sede da franquia por cinco dias para auxiliar a equipe do franqueado na execução das suas atividades.

É importante ressaltar que após estes dois treinamentos exclusivos para o franqueado a empresa ainda disponibiliza um suporte *on-line*, onde o franqueado pode sanar suas dúvidas sempre que necessário. Apesar de todo esse suporte para que o franqueado tenha sucesso em

seu negócio, a empresa não é responsável pela parte fiscal e contábil de suas franquias, sendo estas tarefas exclusivas dos seus franqueados. Logo, essas franqueadas não possuem próxima relação com a empresa. Atualmente, a empresa conta com 14 franquias, distribuídas pelos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Bahia e seu projeto é ter pelo menos uma loja em cada estado brasileiro até 2025.

Na Figura 10 são demonstradas as vantagens indicadas pela empresa para ser um franqueado.

Figura 10 - Vantagens de ser um franqueado

Inadimplência zero.
Alta margem de rentabilidade.
Estrutura enxuta, descomplicada e de baixo custo.
Sistema de gestão inteligente.
Universidade Corporativa para franqueados e equipe.
Central de atendimento operacional.
Suporte e consultoria de campo especializada.
Veiculação da marca em veículos de comunicação.
Assessoria na implantação e gestão da franquia.
Valorização de negócio, principal rede de franquia de serviços financeiros.

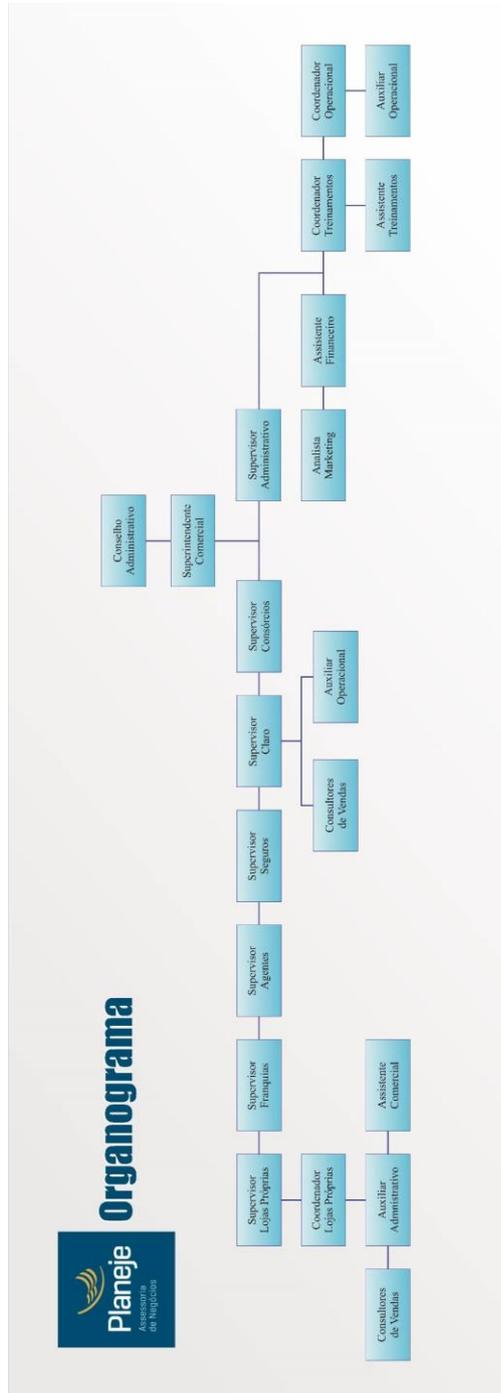
Fonte: Autoras.

Na Figura 10 estão demonstradas as 10 vantagens em se tornar um franqueado da empresa Planeje Assessoria de Negócios. Entre elas, destacam-se a inadimplência zero, pois os bancos assumem todo o risco no caso do cliente não efetuar o pagamento do empréstimo, e ainda a alta margem de rentabilidade.

Atualmente, a empresa atua no mercado com sua matriz na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, mais uma filial na cidade de Uruguaiana, porém, o objeto dessa pesquisa foi somente a sua matriz. Desse modo, conta com aproximadamente 28 colaboradores, entre matriz e filial, sendo que desses, cerca de 20 são funcionários da matriz, distribuídos entre os cargos de: auxiliar financeiro, consultores de venda, supervisor de loja, gerente de produtos, gerente de expansão, coordenador administrativo e diretor geral. O setor financeiro da entidade é basicamente formado por apenas um colaborador, o qual fica responsável por todas

as atividades desse setor. Na Figura 11 é apresentado a distribuição dos cargos conforme seu organograma.

Figura 11 - Organograma



Fonte: Empresa estudada.

No organograma é possível visualizar a distribuição de cargos e responsabilidades, bem como verificar que referente ao setor financeiro, existe apenas um cargo, com a responsabilidade de assistente financeiro. Isso já nos dá o indício do problema de segregação de funções.

Também objetivou-se saber sobre a contabilidade da empresa. Nesse sentido, as informações obtidas são de que os serviços de contabilidade são realizados através de uma empresa terceirizada, onde essa empresa é responsável por todo o trabalho fiscal, tributário e trabalhista enquanto a empresa Planeje Assessoria de Negócios cuida dos serviços de controle interno e de conferência nos serviços prestados. Em seu controle interno, a empresa dá mais atenção no que tange a conferência da folha de pagamento e na parte trabalhista, onde tem um controle mais rigoroso no que diz respeito aos colaboradores, como por exemplo na folha ponto.

Ao indagar a empresa sobre sua contabilidade, percebeu-se um descontentamento de ambos os entrevistados referente aos serviços prestados pelo escritório de contabilidade atualmente. Eles relataram já terem demonstrado interesse em terem mais informações e maior suporte gerencial, entretanto, sentem uma fragilidade quanto a falta de assessoria recebida por parte dos contadores, tais como, uma explicação mais relevante sobre a importância de cada documento exigido, já que nem todo o empresário está ciente do quanto pode ser importante esses documentos ou ainda, de uma cobrança mais severa pela parte dos escritórios para que seja enviado sempre a documentação completa para que os serviços sejam prestados sempre de acordo com as exigibilidades legais vigentes.

Desta forma, percebe-se na empresa estudada, uma insatisfação quanto aos serviços recebidos. Os entrevistados afirmam que o escritório, responsável pelo serviço contábil, não dão todo o suporte necessário para que a empresa alcance todos os seus objetivos.

Constata-se, portanto, que por mais que os controles internos da empresa possam dar o suporte para que os dados repassados sejam fidedignos, o escritório de contabilidade não faz uso deles para transformar em informação útil para a empresa. Assim, a contabilidade não atinge seu objetivo máximo: produzir informação útil.

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS CONTROLES INTERNOS NO SETOR FINANCEIRO

4.2.1 O controle interno

Primeiramente, antes de conhecer como são os controles internos no setor financeiro, indagou-se o diretor da empresa e o assistente financeiro, acerca do entendimento de cada um sobre o controle interno.

O diretor da empresa colocou que em seu entendimento, a gestão de toda empresa começa pelo controle interno, onde todas as informações partem do ambiente interno para que seja realizada a contabilidade. Por estar ciente da importância do controle interno, a empresa vem evoluindo cada dia mais em todos os setores, principalmente no setor financeiro, pois para toda e qualquer decisão precisa analisar a saúde financeira da entidade. O diretor conclui que é fundamental esse controle para a empresa na tomada de decisão e para novos investimentos.

O assistente financeiro acrescentou que é imprescindível um controle interno rigoroso, desde a parte referente a funcionários até o que diz respeito a receita disponível em caixa e equivalente de caixa, pois ele como responsável pelo setor financeiro, precisa repassar dados exatos aos diretores, para que eles possam tomar as medidas necessárias para a empresa.

Portanto, percebe-se que ambos têm um conhecimento sobre o controle interno e sua importância. Entretanto, ainda assim é necessário fazer uma análise para verificar se o controle interno em prática é classificado como adequado e se está de acordo com as normas e procedimentos exigidos.

Ao questionar se a empresa possui um controle interno eficiente, obteve-se a informação de que atualmente a empresa evoluiu muito sobre esse assunto e está cada vez mais rigorosa em seu controle. Conforme a empresa foi crescendo, eles perceberam a necessidade de ter um controle mais rigoroso para que possa ser tomada a decisão de forma correta. A empresa está ciente de que ainda não está com o controle interno completamente adequado, mas está investindo em sistemas para que se tenha mais agilidade ao acesso às informações, quando necessário.

Dessa forma, de acordo com os entrevistados, a empresa está trabalhando para sua evolução, aperfeiçoando seus processos e investindo em ferramentas para alcançar suas metas e objetivos.

Um importante aspecto ligado aos controles internos são as demonstrações contábeis, chamadas também de demonstrações financeiras, as quais são a representação monetária da posição patrimonial da entidade no fim de cada exercício financeiro. As demonstrações contábeis objetivam oferecer informações úteis para que os usuários possam avaliar e utilizar no processo da tomada de decisão.

A fim de que a informação seja útil para os usuários é preciso que ela seja relevante e fidedigna. Relevante é aquela informação capaz de fazer diferença na tomada de decisão, e a fidedigna é aquela completa, neutra e livre de erro (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC) 00 (R1), 2011). Para garantir que as demonstrações contábeis apresentadas sejam confiáveis é preciso que a empresa utilize de um controle interno adequado, onde o risco de erros existe, mas de forma muito pequena.

Logo, o controle interno adequado demonstra ser indispensável, pois é através dele que a empresa irá garantir que as informações obtidas em suas demonstrações financeiras estão corretas e confiáveis, facilitando a tomada de decisão para os usuários interessados.

Desse modo, questionou-se acerca de se a empresa tem acesso a essas demonstrações, e a resposta obtida foi que devido a contabilidade ser terceirizada, a empresa acaba deixando a parte da contabilidade meio de lado, dando mais importância no controle referente a parte de folha de pagamento. A empresa está fazendo algumas mudanças para obter melhorias, e compreende que será necessário dar mais atenção aos dados das demonstrações contábeis. No momento, a empresa trabalha com seus controles internos referente ao fluxo de caixa, e conta com o serviço da contabilidade terceirizada para finalizar os demais serviços necessários.

Para a empresa, o ideal seria se todo o ano os escritórios responsáveis pela contabilidade enviassem a seus clientes um relatório resumido sobre a saúde financeira da empresa, deixando assim de apenas ser um emissor de guias, trabalhando como uma assessoria junto à empresa. Ainda assim, está nos planos da empresa, nos próximos meses, trabalhar mais em conjunto com o escritório para apurar e conferir os dados da contabilidade, e ter assim mais confiabilidade nas informações para a tomada de decisão.

Como uma sugestão de melhoria para empresa, salienta-se a importância de utilizar as demonstrações contábeis a seu favor. Pois de nada adianta ter um controle interno adequado, com as demonstrações contábeis confiáveis e com informações úteis e relevantes, se não as avalia antes de uma possível tomada de decisão.

4.2.2 O contas a receber

No Quadro 6 são apresentados os questionamentos realizados à empresa sobre o contas a receber, com as respectivas respostas fornecidas pelos respondentes.

Quadro 6 - Questionário sobre o contas a receber

PERGUNTAS	SIM	NÃO
Os recebimentos do contas a receber são efetuados diretamente na conta Caixa/Banco?	X	
As baixas dos valores recebidos são realizadas com documentos hábeis e comprobatórios?	X	
Há controle dos valores a receber que estão em atraso?		X
Há uma conciliação periódica do contas a receber com a contabilidade?		X
Há uma conciliação periódica do sistema bancário com o sistema de gestão utilizado pela empresa?	X	

Fonte: Autoras.

Referente aos recebimentos, como a empresa trabalha com a prestação de serviços e suas receitas são todas provenientes de comissionamentos, todos os recebimentos são efetuados diretamente na sua conta bancária. Desta forma, a empresa garante que nenhum funcionário tem acesso ao recebimento de valores referentes às comissões sobre a prestação de serviços, respeitando, assim o princípio básico do controle interno que é o acesso aos ativos, que tem como função principal limitar o acesso aos ativos da empresa, garantindo assim uma maior segurança nas suas operações.

Todos esses recebimentos são realizados após o setor financeiro emitir uma nota fiscal de prestação de serviços. Esta nota fiscal representa o valor total de um período de mais ou menos 30 dias de prestação de serviços, podendo haver alguma alteração para mais ou para menos referente a esse período, dependendo da instituição bancária.

Na Figura 12 é apresentado o modelo de nota fiscal emitido pela empresa.

Figura 12 - Modelo de nota fiscal emitida pela empresa

DANFSE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica

	GILNEI ANTUNES MORAES Rua SANTANA, 2754 - SALA 5 CEP: 97501-504 - Bairro: CENTRO Município: Uruguaiana - RS E-mail: francisco@redeplaneje.com.br Fone: [REDACTED]		Número de NFS-e 201800000000534		
	CNPJ / CPF [REDACTED] 0001-10		Inscrição Estadual [REDACTED]	Inscrição Municipal [REDACTED]	Data do Serviço 16/10/2018
 PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA/RS Secretaria Municipal da Fazenda Fone: 5534111982 - http://dueto-web.uruguaiana.rs.gov.br:7778/nfse		Dt. de Emissão 16/10/2018	Natureza da Operação Tributação no município	Tributado no Município Uruguaiana/RS	
TOMADOR DO SERVIÇO			Município de Prestação do Serviço		
Nome / Razão Social Facil Promotora [REDACTED]			Uruguaiana/RS		
Inscrição Estadual [REDACTED]					
Cidade Santo Cristo RS [REDACTED] CEP: 98960-000					
Bairro Centro					
CNPJ/CPF [REDACTED] 0001-94					
Inscrição Municipal [REDACTED]					
Inscrição Estadual [REDACTED]					
INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO					
Nome / Razão Social [REDACTED]					
Inscrição Estadual [REDACTED]					
Inscrição Municipal [REDACTED]					
Fone [REDACTED]					
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS					
17.12 - Serviços de preenchimento de cadastro referente Setembro de 2018. IR: Retido: R\$ 60,95.		VALOR TOTAL 4.263,07	ALIQ. 4,0000	VALOR IMPOSTO 170,52	RETIDO Não
Cód. Descrição 4.263,07		COFINS 127,89	COFINS Impostação [REDACTED]	ICM [REDACTED]	IPI [REDACTED]
PIS/PASEP 27,71		PIS/PASEP Impostação [REDACTED]			
Valor Total da NFS-e 4.263,07		Valor Líquido da NFS-e 4.000,89			
Informações Adicionais Lei 12741/2012: Mun: R\$ 170,52; Est: R\$ 0,00; Fed: R\$ 158,60; Total: R\$ 329,12. Retenção: CGLL R\$ 42,83; PIS 27,71; COFINS R\$ 127,89;					
					
Consulta realizada em 16/10/2018 às 17:41:53. Para consultar a autenticidade acesse: http://dueto-web.uruguaiana.rs.gov.br:7778/nfse					
					
20180000000053447158d2900551557000110					
Recebi(em) de GILNEI ANTUNES MORAES os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. _____ Data		201800000000534 Número da NFS-e Competência 16/10/2018 NFS-e 47158d29		Número de Controle do Município	
Consulta realizada em 16/10/2018 às 17:41:53. Para consultar a autenticidade acesse: http://dueto-web.uruguaiana.rs.gov.br:7778/nfse					

Fonte: Empresa estudada.

Devido a emissão da nota fiscal ser requisito para o recebimento dos comissionamentos, não há a possibilidade de sonegação por parte da empresa. Da mesma forma que, por o recebimento estar vinculado a conta bancária, extingue-se a possibilidade de emissão de notas fiscais fraudulentas para o recebimento de comissões não existentes, seja por parte da empresa ou por algum funcionário.

As instituições bancárias disponibilizam também para a empresa um relatório individual com todos os contratos que compõem o valor total desta nota fiscal para que assim a empresa possa acompanhar quais contratos foram finalizados. Este relatório está disponível no portal de acesso que a instituição bancária disponibiliza para a empresa, onde esta pode consultar estes relatórios sempre que julgar necessário.

Na Figura 13 está exposto um modelo dos relatórios de comissões emitidos pelas instituições bancárias.

Figura 13 - Relatório de comissão emitido pelas instituições bancárias

Data	AF	Carteira	Logon	Nome	CNPJ	Contador	Ancorador	Produto	Valor AF	Prazo (M)	%	Tabela	%	Débito	Crédito	Saldo	Tipo de Lançamento	Observação	
Totdo Anterior																			-91,29
05/10/2018	4982041	2203150002		CARLOS		FACTA FINANCEIRA	TESOURO DO ESTADO	NOVO	3418,80	38		13970-GOV-NOVO	15,00	0,00	512,47	421,18	PAGAMENTO COMISSAO		
05/10/2018		25401												421,18	0,00	0,00	DEPOSITO	Cta 3	
06/10/2018	4966803	2182260004		ANTONIO		FACTA FINANCEIRA	DEBITO EM CONTA	NOVO	389,17	12		333-6-CONTA FACTA CAIXA FEDERAL	0,00	389,17	0,00	-389,17	PENDENCIA FISICO	DEBITO PENDENCIA REFERENTE AO VALOR AF	
08/10/2018	4986090	2203660001		CARLOS		FACTA FINANCEIRA	TESOURO DO ESTADO	NOVO	5139,65	48		13970-GOV-NOVO	15,00	0,00	473,90	84,73	PAGAMENTO COMISSAO		
08/10/2018	4986370	2206200002		SOCIEGARE		FACTA FINANCEIRA	TESOURO DO ESTADO	NOVO	4.568,33	48		13970-GOV-NOVO	15,00	0,00	425,39	709,92	PAGAMENTO COMISSAO		
08/10/2018		35401												358,92	0,00	0,00	DEPOSITO	Cta 3	

Fonte: Empresa estudada.

Portanto, a empresa conta com esses relatórios para emitir as notas fiscais com os valores adequados.

Os prazos de recebimento destas comissões também variam conforme a instituição bancária que está controlando este contrato, mas no geral os recebimentos são realizados uma vez no mês, mais precisamente no final do mês. Porém, há algumas instituições que permitem que a empresa decida em qual período ela quer que os pagamentos sejam efetuados.

Ao ser questionada sobre o controle de valores a receber em atraso, a empresa afirma que não possui recebimentos em atraso, pois como a receita é proveniente de prestação de serviços, quando esse serviço é finalizado ocorre o pagamento da comissão. Dessa forma, a

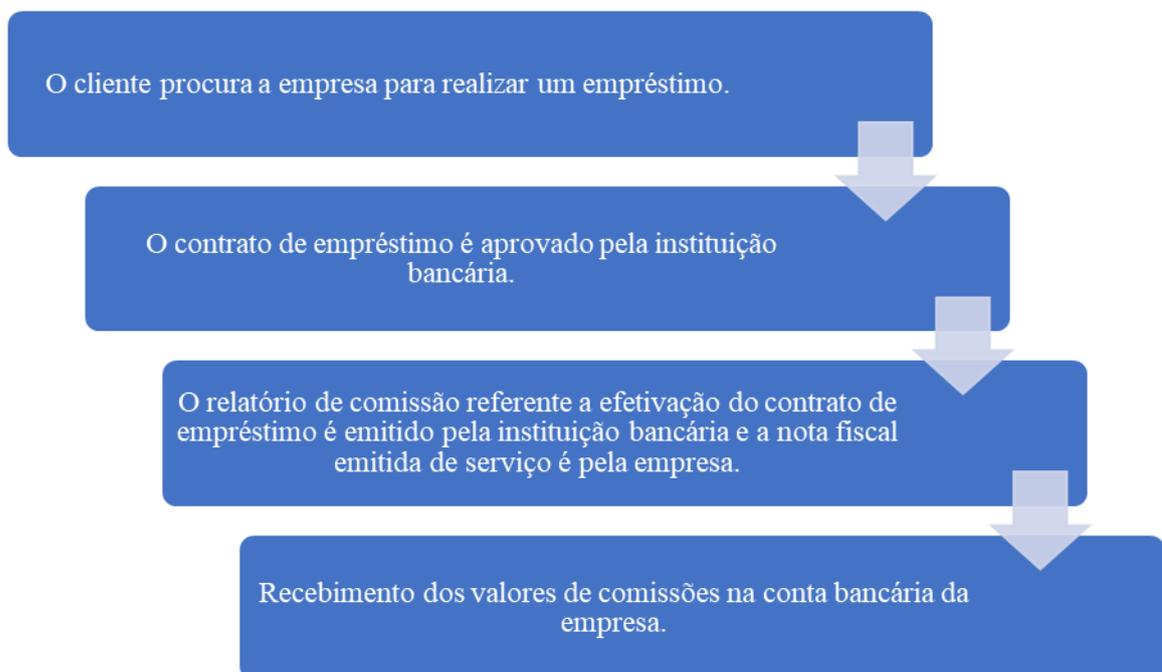
empresa garante um bom funcionamento do seu setor financeiro, assim como a sua continuidade no mercado.

Portanto, quanto as contas a receber da empresa estudada constatou-se que em suma está bem estruturada. A empresa possui um controle dos seus valores a receber, assim como os prazos para esses recebimentos, o que facilita a organização do contas a pagar que será apresentado na sequência.

Porém, destaca-se que a empresa não apresenta uma conciliação periódica dos seus valores a receber com a contabilidade. Esta prática compromete a fidedignidade das informações contábeis da empresa, da mesma forma que acaba não passando confiabilidade aos usuários destas informações. Uma sugestão de melhoria seria que a empresa acrescentasse em sua rotina de controle interno o processo de conciliação do contas a receber com a contabilidade, para que desta forma estas informações tornem-se mais confiáveis e assim auxiliem a empresa numa melhor tomada decisão.

Após a análise dos processos realizados no setor de contas a receber é possível construir um fluxograma para uma melhor compreensão da rotina interna da empresa. Este fluxo é apresentado na Figura 14.

Figura 14 - Fluxo do contas a receber



Portanto, sobre o contas a receber pode-se dizer que ele apresenta um fluxo bem estruturado, com todas as suas etapas bem definidas, o que traz uma maior segurança e organização para a empresa. Ressalta-se que o contas a receber tem como grandes apoiadores dois fatores: o recebimento exclusivo em conta bancária e obrigatoriedade de emissão de nota fiscal para que aconteça o recebimento.

4.2.3 O contas a pagar

No Quadro 7 são apresentadas as perguntas aplicadas referente o contas a pagar, com suas respectivas respostas fornecidas pelos respondentes.

Quadro 7 - Questionário sobre o contas a pagar

PERGUNTAS	SIM	NÃO
Todos os pagamentos são realizados através da conta Banco? Se não, qual o critério.	X	
Há revisão e autorização dos pagamentos efetuados?	X	
As baixas das duplicatas a pagar são realizadas com documentos hábeis e comprobatórios?	X	
Há controle de duplicatas vencidas?	X	
Existe a possibilidade de um pagamento ser feito em duplicidade?		X
Há uma conciliação periódica do contas a pagar com a contabilidade?		X
Despesas a trabalho dos colaboradores são reembolsadas pela empresa? Se sim como esse procedimento é realizado?	X	

Fonte: Autoras.

A empresa realiza todos os seus pagamentos através da sua conta bancária e as despesas do dia a dia são pagas através do cartão de débito da empresa. A empresa salienta que possui um pequeno valor em espécie no caixa para ser utilizado em casos onde o cartão de débito não seja possível, mas é sempre priorizado o uso do cartão.

Este cartão fica sob responsabilidade do funcionário que controla o setor financeiro e do Diretor Geral da empresa. Respeitando, portanto, o princípio referente a limitar o acesso

aos ativos, pois dessa forma a empresa restringe o número de pessoas que tem acesso aos seus ativos, gerando uma maior segurança.

Há uma revisão dos pagamentos efetuados, onde o funcionário responsável pelo financeiro emite um relatório com todos os pagamentos que devem ser efetuados pela empresa para o Diretor Geral, e este autoriza o pagamento, desta forma, a empresa garante que nenhum pagamento é efetuado sem a devida autorização do diretor. Porém, a empresa afirma que as despesas comuns do mês como: aluguel, energia elétrica, telefone já são previamente agendadas, não necessitando de uma autorização especial do diretor da empresa.

Salienta-se que seria proveitoso que a empresa inclua em sua rotina interna que estas despesas comuns do mês também compusessem o relatório de pagamentos a serem realizados, pois dessa forma o Diretor Geral teria uma maior noção de todos os gastos da empresa e também evitaria que o funcionário responsável pelo contas a pagar realiza-se pagamentos sem autorização.

A maioria dos pagamentos são efetuados através de duplicatas e com a nota fiscal que comprova tal gasto. Porém, a empresa afirma que há alguns pagamentos que são efetuados sem a emissão da nota fiscal, apenas com a duplicata. Esta falta da nota fiscal se justifica pelo fato da empresa prestadora do serviço não a emitir e a empresa acaba não solicitando para o prestador de serviços, muitas vezes por falta de tempo para realizar essa solicitação.

Essa prática acaba sendo prejudicial para a empresa, pois no caso hipotético de uma auditoria interna na empresa todos os pagamentos que não apresentam um documento fiscal comprobatório acabam colocando em dúvida a veracidade de tal operação.

Uma sugestão seria de a empresa adotar uma política interna para somente efetuar transações com empresas que emitem documentos fiscais e não apenas as duplicatas de pagamento, desta forma a empresa teria ainda mais certeza de que todos os pagamentos efetuados são verídicos.

Com a finalidade de controlar as duplicatas vencidas, a empresa possui um sistema próprio onde então registrados todos os pagamentos que devem ser efetuados pela empresa. Esta forma de controlar as contas a pagar vai de encontro ao princípio de rotinas internas, onde este salienta que é de extrema importância que os setores da empresa possuam procedimentos internos bem estruturados.

Para a empresa, a possibilidade de um pagamento ser feito em duplicidade é remota, até mesmo impossível, justamente por todos os pagamentos serem registrados no sistema interno de gestão da empresa.

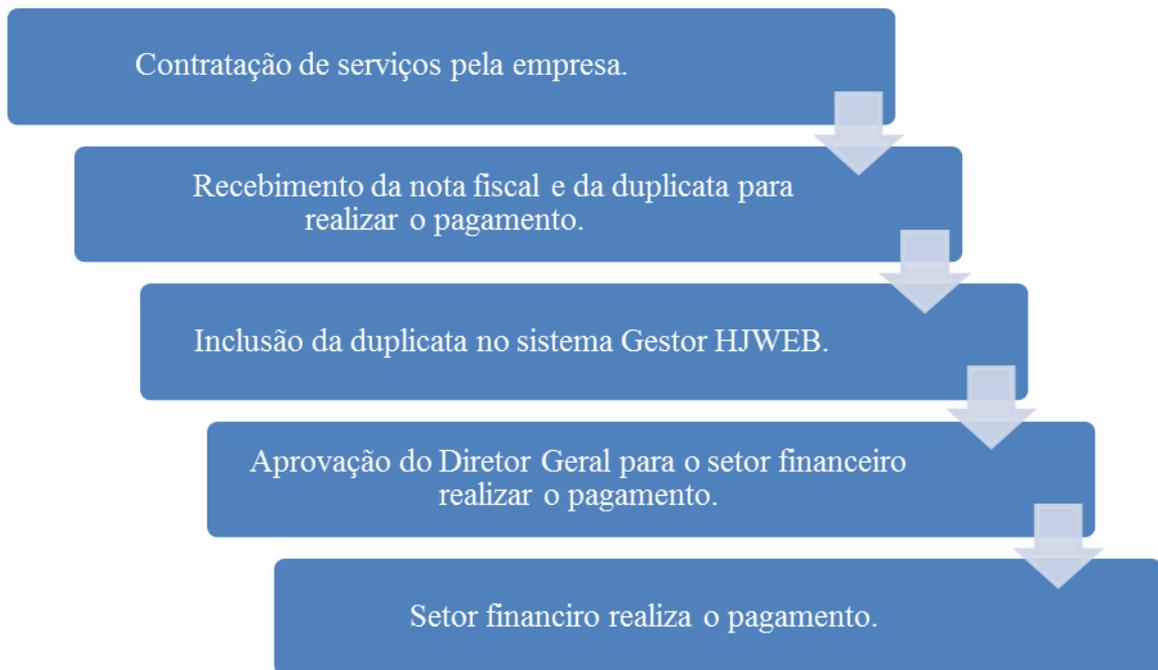
Sobre o reembolso de despesas a trabalho dos colaboradores, a empresa afirma que nenhuma despesa que seja apresentada em nome de pessoa física é reembolsada, portanto para que haja o devido reembolso toda e qualquer despesa precisa vir com o CNPJ e Razão Social da empresa. Alguns colaboradores realizam viagem pela empresa, neste caso após a viagem o colaborador apresenta um relatório com todas as despesas geradas pela viagem, juntamente com as notas fiscais devidamente registradas com o CNPJ da empresa e então é feito o reembolso. A empresa possui um padrão fixo referente ao valor de gastos que o colaborador está autorizado a utilizar, desta forma, qualquer valor que ultrapasse os pré-definidos pela empresa também não são reembolsados.

Após a análise das respostas fornecidas pode-se constatar que o setor de contas a pagar possui uma estrutura satisfatória, com um controle adequado dos pagamentos que devem ser efetuados. As falhas que podem ser ressaltadas são em relação a alguns pagamentos que são realizados sem o documento fiscal comprobatório, como já foi exposto anteriormente, a não autorização de despesas comuns do mês e também a não conciliação periódica do contas a pagar com a contabilidade.

Esta mesma falha na contabilidade foi constatada no contas a receber e o seu impacto é o mesmo, como não há essa conciliação contábil não há uma fidedignidade nas informações expostas pelos relatórios da contabilidade, podendo assim fazer com que a empresa tome uma decisão equivocada por não saber o real valor do seu passivo.

Com as respostas fornecidas pelos entrevistados sobre o contas a pagar, torna-se viável a construção de um fluxograma sobre como se dá a organização do setor dentro da empresa. Tal fluxo é apresentado a seguir na Figura 15.

Figura 15 - – Fluxo do contas a pagar



Fonte: Autoras.

Percebe-se que o fluxo do contas a pagar é bem estruturado, o que garante uma maior segurança na execução dos processos dentro das empresas. Ainda assim, como exposto anteriormente, sugere-se que a etapa relativa a aprovação dos pagamentos seja realizada também para as despesas comuns mensais.

4.2.4 Funcionamento interno da empresa

Para finalizar os questionamentos na empresa, foram feitas algumas indagações sobre o seu funcionamento interno. Primeiramente, foi questionado sobre a existência de manuais de controle interno na empresa, pois os manuais de controle interno são de extrema importância para garantir o bom andamento das organizações.

Pelo fato de a empresa estudada ser uma franqueadora, o próprio sistema de *franchising* exige que ela possua manuais onde estão registradas todas as ações que devem ser tomadas pelo franqueado, para que a marca não perca o seu padrão de serviço. A única forma de se manter registrado essas ações é através de manuais, desta forma, a empresa garante que todas as atividades prestadas na loja matriz serão replicadas na sua filial e também nas suas franquias, e assim sua imagem e essência não são prejudicadas.

Evidencia-se também que cada setor possui o seu manual interno onde estão expostas todas as suas competências, quando surge uma atividade nova esse manual passa por uma atualização para que assim todos os setores da empresa funcionem da melhor forma possível. Desta forma, a empresa respeita o princípio de ter suas informações devidamente formalizadas, atingindo assim, um maior grau de segurança em seus processos.

Foi questionado também se na empresa há funções consideradas concomitantes e apesar da empresa considerar que não existam funções com essa característica, pôde-se identificar que a pessoa responsável pelo contas a receber é a mesma responsável pelo contas a pagar, esta prática acaba por ferir o princípio da segregação de funções.

O princípio da segregação de função diz que as funções de autorização/aprovação, execução, contabilização, operação e controle devem estar estruturas de modo em que nenhum funcionário ocupe uma posição onde execute mais de uma dessas funções ao mesmo tempo. Neste caso, seria importante a empresa reavaliar sua estrutura organizacional para que houvesse uma divisão entre responsáveis pelos recebidos e pagamentos da empresa.

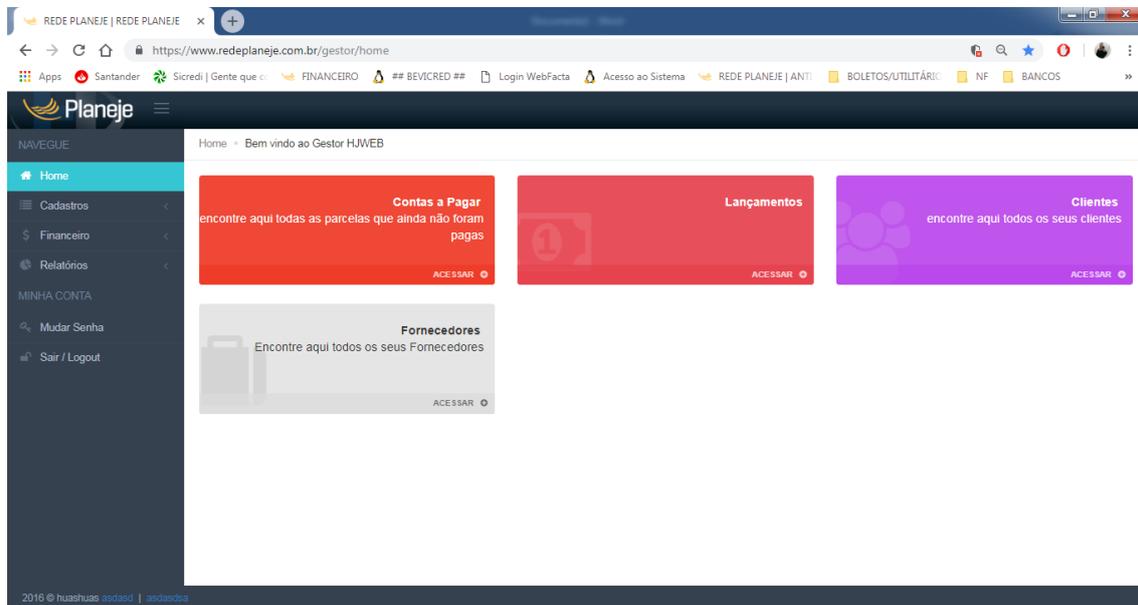
Posteriormente, buscou-se saber sobre os procedimentos da empresa, se eles podem ser considerados padronizados e voltando ao fato de a empresa ser uma franqueadora, ela precisa que seus procedimentos sejam padronizados, porém a empresa salienta que no dia a dia pode ocorrer de algum fato acabar interferindo na rotina destes procedimentos, mas no geral todos os procedimentos seguem um padrão preestabelecido.

Foi questionado também sobre os sistemas utilizados pela empresa, quais seriam e qual a funcionalidade de cada um. Basicamente, a empresa utiliza quatro sistemas para assim poder atender a todas as suas necessidades.

Há o sistema Gestor HJWEB que é utilizado pelo setor financeiro onde estão registrados todos os pagamentos e recebimentos da empresa. Este é considerado pela empresa como o sistema que controla todo o seu setor financeiro.

Na Figura 16 está exposta a tela principal deste sistema.

Figura 16 - Tela principal do sistema Gestor HJWEB

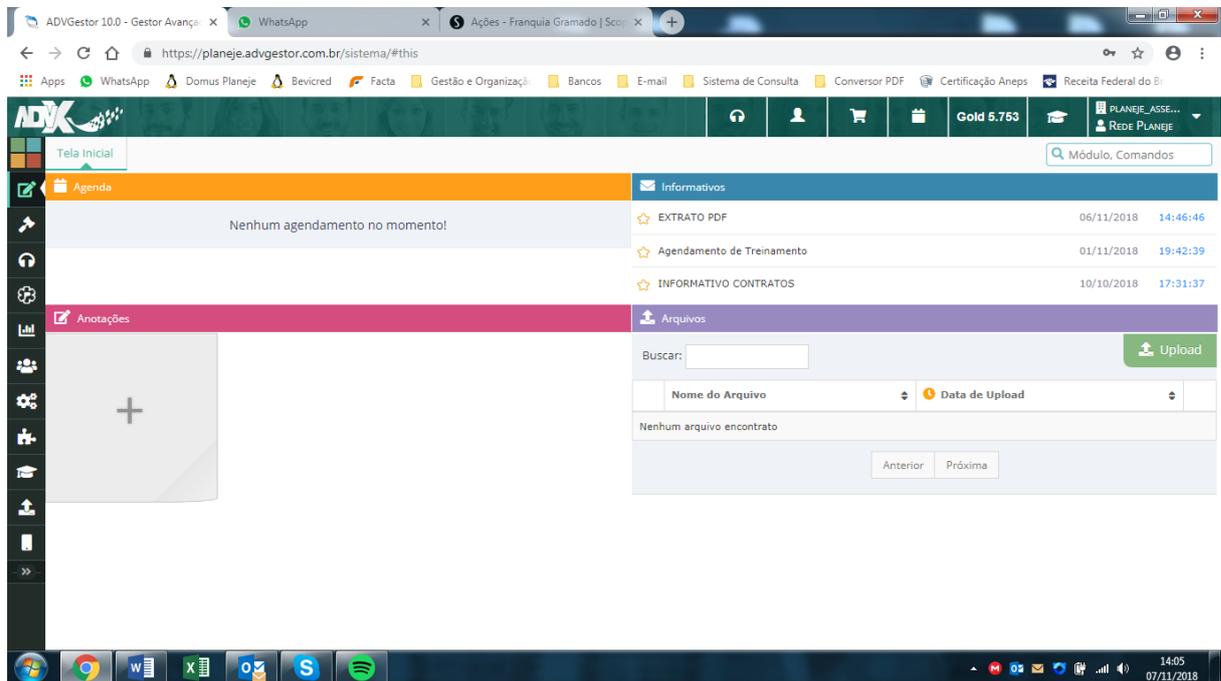


Fonte: Empresa estudada.

É através deste sistema que o setor financeiro consegue organizar os pagamentos e recebimentos da empresa para conseguir cumprir com todas as suas obrigações de forma organizada e clara, pois como se pode observar é possível acessar todos os fornecedores, clientes e parcelas em aberto que a empresa possui.

Também é utilizado pela empresa o sistema ADV Gestor que é um sistema de simulação de margem para novos empréstimos e de simulações de valores e prazos para pagamento de empréstimos. No ADV Gestor também é possível encontrar telefones de potenciais clientes para a empresa. Na Figura 17 é possível visualizar a tela inicial deste sistema.

Figura 17 - Tela inicial do sistema AVD Gestor



Fonte: Empresa estudada.

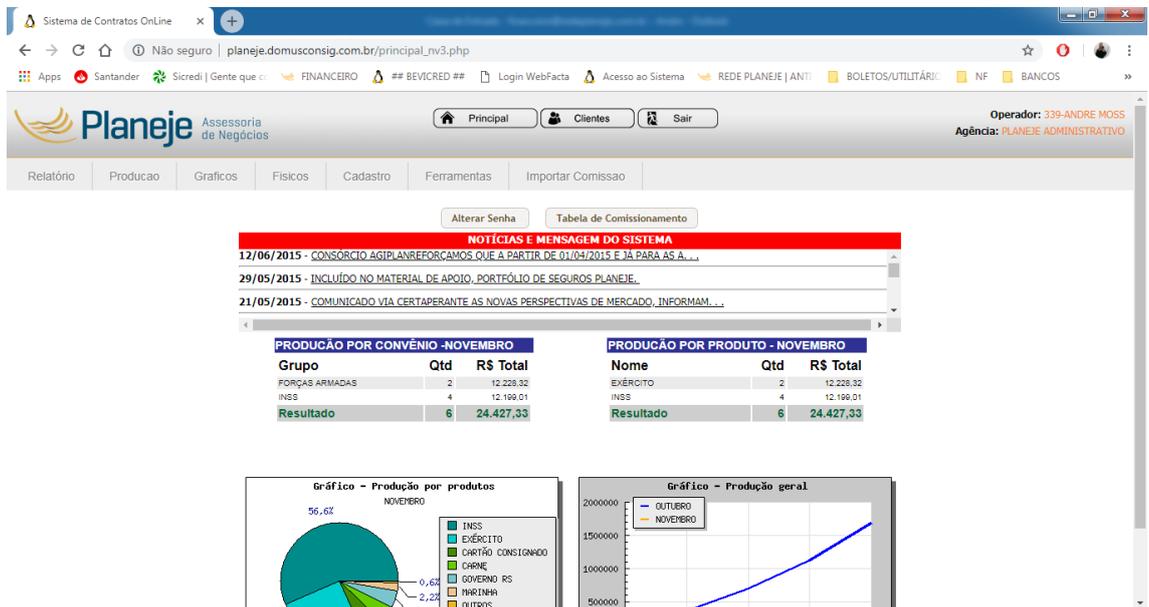
Com este sistema a empresa consegue atingir um número muito alto de clientes em potencial, pois sua base de contatos está sempre atualizada e a possibilidade de realizar simulações de empréstimos traz uma maior credibilidade para as propostas apresentadas pela empresa.

Além desses sistemas, a empresa utiliza o sistema Versátil que segue a mesma função do ADV Gestor, porém ele permite também que seja feito um acompanhamento dos contratos finalizados com a base de dados fornecida pelo sistema.

Entretanto, o sistema principal utilizado pela empresa para gestão e controle das suas vendas é o sistema Domus. Neste sistema estão registradas todas as vendas realizadas pela empresa, é possível acompanhar todas as etapas da contratação de um empréstimo, desde a sua contratação na loja, até a sua análise pela instituição bancária e a sua finalização com o cliente, quando ele recebe o valor contrato em sua conta bancária. Com este sistema também é possível acompanhar a produção mensal da empresa e sua rentabilidade.

A Figura 18 expõe a tela principal do sistema Domus.

Figura 18 - Tela principal do sistema Domus



Fonte: Empresa estudada.

Através deste sistema a empresa consegue controlar a sua produção, analisar qual produto está sendo mais rentável, qual convênio está sendo mais utilizado e assim traçar estratégias para aumentar suas vendas e garantir uma maior lucratividade.

Ainda sobre os sistemas utilizados pela empresa, buscou-se saber acerca do controle dos níveis de acesso a esses sistemas, e a empresa foi categórica em afirmar que os acessos aos sistemas são todos limitados por cargos e funções, onde a administração da empresa determina o nível de acesso de cada cargo. Desta forma, por exemplo, não há a possibilidade de um funcionário do setor de vendas ter acesso a informações do setor financeiro da empresa.

Analisando as respostas fornecidas sobre o funcionamento interno da empresa percebeu-se que a mesma está bem estruturada, sendo que a única melhoria que se sugere é referente à segregação de funções no setor financeiro, que hoje é de responsabilidade exclusiva de um único funcionário.

4.2.5 Ineficiências constatadas e melhorias sugeridas

Após a análise de todas as respostas fornecidas pelos respondentes, algumas ineficiências foram constatadas. Estas ineficiências serão apresentadas no Quadro 8, assim como o princípio contábil infringido e as devidas sugestões de melhorias.

Quadro 8 - Ineficiências constatadas e sugestões de melhorias

(continua)

Ineficiência constatada	Princípio do controle interno infringido	Sugestões de melhoria
A empresa não tem acesso periódico às informações contábeis da empresa.	Rotinas internas	Sugere-se que a empresa incluía em suas rotinas internas a prática de que ao menos a cada trimestre seja realizada uma reunião com a empresa responsável pela sua contabilidade para que sejam apresentados e avaliados todos os demonstrativos contábeis da empresa.
A inexistência de uma conciliação periódica dos valores a receber com a contabilidade.	Confronto dos ativos com os registros	Uma sugestão de melhoria é de que a empresa acrescente em sua rotina de controle interno o processo de conciliação do contas a receber com a contabilidade, para que desta forma estas informações tornem-se mais confiáveis e assim auxiliem a empresa numa melhor tomada decisão.

Quadro 8 – Ineficiências constatadas e sugestões de melhorias

(continuação)

<p>A inexistência de uma conciliação periódica dos valores a pagar com a contabilidade.</p>	<p>Confronto dos ativos com os registros</p>	<p>Da mesma forma que foi exposto no contas a receber, o que se sugere é que a empresa torne rotineiro a conciliação do contas a pagar com a contabilidade, pois dessa forma suas informações serão mais confiáveis.</p>
<p>A não aprovação para pagamento de despesas comuns do mês.</p>	<p>Rotinas internas</p>	<p>Sugere-se que a empresa inclua em seus relatórios a revisão das despesas comuns do mês, pois dessa forma o gestor da empresa terá um maior controle sobre todos os reais gastos da empresa.</p>
<p>A prática de alguns pagamentos serem realizados mesmo sem a existência de um documento fiscal que comprove tal gasto.</p>	<p>Rotinas internas</p>	<p>Sugere-se neste caso, que a empresa adote a política interna de somente efetuar transações com empresas que emitem documentos fiscais e não apenas as duplicatas de pagamento, desta forma a empresa terá mais confiabilidade que os pagamentos efetuados são verídicos.</p>

Quadro 8 – Ineficiências constatadas e sugestões de melhorias

(conclusão)

<p>A existência de funções consideradas concomitantes, principalmente no setor financeiro da empresa.</p>	<p>Segregação de funções</p>	<p>Sugere-se que a empresa reavalie sua estrutura organizacional para que haja uma segregação entre os responsáveis pelos recebidos e pelos pagamentos da empresa, para assim ter mais segurança e confiabilidade em seus resultados.</p>
---	------------------------------	---

Fonte: Autoras.

Após uma análise geral das ineficiências detectadas, pode-se concluir que a empresa possui algumas falhas em seu controle interno. Estas falhas são consideradas fáceis e rápidas de serem solucionadas através das melhorias sugeridas.

Destaca-se a importância da reavaliação na estrutura organizacional da empresa ao se tratar da segregação de função, pois como já exposto, a empresa está infringindo o princípio da segregação de funções em um dos principais setores de uma entidade, que é o setor financeiro. Apesar de parecer uma pequena falha, um dos princípios básicos do controle interno é a segregação de funções, onde diz que deve prever a separação de funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização de modo em que as responsabilidades estejam divididas entre dois ou mais colaboradores.

Essa segregação tem como função reduzir as possibilidades de erros humanos e fraudes no curso de suas funções. Ressalta-se que o erro é considerado um ato involuntário do colaborador, onde o mesmo não percebe ou até mesmo, não tem conhecimento de que tal ato está errado, enquanto a fraude é um ato voluntário, intencional e consciente do colaborador.

Acrescenta-se ainda a importância de analisar as demonstrações contábeis antes de uma possível tomada de decisão ou expansão de suas atividades econômicas, pois são nessas demonstrações que o gestor/administrador conseguirá visualizar a real situação financeira da empresa e prever como sua decisão será capaz de afetar os desempenhos financeiros futuros da entidade. Vale ressaltar que as demonstrações contábeis possibilitam a comparabilidade a

cada encerramento de exercício, onde o gestor consegue analisar os pontos fracos e os pontos fortes da entidade ao comparar o encerramento atual com o encerramento anterior, e assim trabalhar em cima de melhorias para o próximo período.

5. CONCLUSÃO

Quando uma organização possui um sistema de controle interno significa que esta possui um conjunto de procedimentos que tem por objetivo proteger seus ativos e fornecer dados confiáveis que poderão ser utilizados em um processo de tomada de decisão. Assim sendo, o objetivo principal deste estudo consistiu em avaliar a eficiência das práticas de controle interno no setor financeiro da empresa Planeje Assessoria de Negócios, sugerindo melhorias a partir dos resultados obtidos.

Com o propósito de atingir tal objetivo, primeiramente buscou-se embasamento teórico nas literaturas disponíveis para que fosse realizada uma revisão dos conceitos e da aplicabilidade do controle interno nas instituições.

Para se identificar quais processos eram realizados pela empresa no seu setor financeiro, foi realizada uma visita técnica com uma entrevista. Desta forma, foi possível identificar as etapas de cada um dos processos do setor financeiro da empresa, possibilitando identificar os pontos que a empresa respeita os princípios básicos do controle interno, assim como as possíveis falhas que podem comprometer seu funcionamento.

Após isso, foi possível analisar e avaliar as práticas de controles internos utilizados, confrontando com a teoria levantada. Através da análise dos resultados constatou-se que a empresa possui controle interno em seu setor financeiro, porém com algumas deficiências.

Observou-se a falta de segregação de função no setor financeiro, onde a responsabilidade por todo o setor é de apenas um colaborador. De acordo com o princípio da segregação de função, as funções devem ser organizadas e estruturadas de modo em que não haja a prática de funções concomitantes. Essa segregação proporciona maior confiabilidade nos registros além de diminuir o risco de erros humanos. Diante disso, sugeriu-se que a empresa reavalie sua estrutura organizacional para que haja uma melhor divisão, de acordo com as funções, entre as responsabilidades, autoridades e execução das atividades dentro do setor.

Também se observou falhas no que diz respeito ao princípio de rotinas internas, tais como: não ter acesso periódico às informações contábeis da empresa, a falta do uso de aprovação para pagamentos das despesas comuns de cada mês e ainda, a prática de alguns pagamentos realizados sem a existência de documento fiscal. Conforme o princípio das rotinas internas, a empresa deve definir no manual da organização todas as rotinas internas padronizadas. Desse modo, no que se refere a falta do uso de aprovação para pagamentos de despesas comuns de cada mês, foi sugerido à empresa estudada que inclua em seu manual de

políticas internas a exigência de sempre ter a autorização para todo e qualquer pagamento do mês, dessa forma, possibilita ao gestor um maior controle sobre a real situação financeira da sua empresa.

Em relação a prática de pagamentos realizados sem a existência de documento fiscal, a sugestão dada a empresa foi de que a mesma inclua em seu manual de políticas internas a exigência de somente efetuar transações com empresas que trabalhem com a emissão de nota fiscal, para assim a empresa ter a veracidade de que os pagamentos efetuados são reais.

No tocante à empresa não ter acesso periódico às informações contábeis da empresa, ressaltou-se a importância da utilização dessas demonstrações contábeis pelo gestor, pois é nas demonstrações contábeis que se encontram as informações sobre a atual situação patrimonial, de desempenho e financeira da empresa, que apoiam a tomada de decisões.

Analisando o contas a receber e o contas a pagar, verificou-se algumas ineficiências referente à inexistência de conciliação periódica dos valores a receber e a pagar com a contabilidade. Essa ineficiência fere ao princípio do confronto dos ativos com os registros.

É de responsabilidade da empresa garantir que os ativos passem periodicamente por procedimentos de confrontos com os registros contábeis. Assim, sugere-se que a empresa também acrescente em suas políticas internas a rotina de conciliação no contas a receber e no contas a pagar com a contabilidade, deste modo estará garantindo que suas informações realmente são úteis e fidedignas, e assim tomar uma decisão de forma mais confiável.

Portanto, após a realização deste estudo conclui-se que a empresa estudada possui controle interno no setor financeiro, entretanto este possui falhas, anteriormente levantadas, demonstrando que necessita de melhorias para que seja eficiente.

Quanto a contribuição trazida pelo estudo a empresa estudada, destaca-se que o mesmo é de fundamental importância, pois através desse a empresa poderá analisar suas falhas destacadas e assim aperfeiçoar seu processo de controle.

Como sugestões de estudos futuros, recomenda-se que sejam estudados e analisados os demais setores da matriz da empresa para que assim, a esta possa aperfeiçoar todo seu controle interno e garantir a continuidade de seus trabalhos no futuro, bem como na sua filial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- _____. **Auditoria: abordagem moderna e completa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____. **Auditoria interna**: 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007
- _____. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- _____. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- BARBOSA, Thalys Augusto Martins. **Os sistemas de controles internos utilizados no contas a receber em das empresas de comércio de autopeças: o caso da empresa: Eletropel distribuidora de autopeças Ltda**. 2014. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- CAMPOS, Emerson Vieira. **O controle interno na gestão das micro e pequenas empresas**. 2015. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, 2015.
- CAMPOS, Vinícius de. **Gestão e análise financeira de três empresas do ramo alimentícios no município de Ibirubá – RS**. 2016. 68 f. Estágio Supervisionado (Graduação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Pronunciamento conceitual básico (R1): estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. Brasília: CPC, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T-12 Da Auditoria interna**. Brasília: CFC, 2003.
- _____. **NBC T-11 Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis**. Brasília: CFC, 2009
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Controle interno nas empresas**. São Paulo: Atlas, 1998.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- D'AVILA, Marcos Zahler; OLIVEIRA, Marcelo Aparecido Martins de. **Conceitos e técnicas de Controles Internos de Organizações**. São Paulo: Nobel, 2002.

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. **Auditoria de processos organizacionais: teoria, finalidade, metodologia de trabalho e resultados esperados.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FLORIANO, José Cebaldir. A importância dos instrumentos de controle interno para gestão empresarial. **Revista Eletrônica Lato Sensu - Unicentro**, n. 5, p. 1-8, 2008. Disponível em: <http://moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/importancia_instrumentos_controle_interno.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FREITAS, Matheus Brasil; RAMOS, Thadeu José Francisco. **Informações contábeis e financeiras em microempresas: a visão de gestores da indústria de confecção em Sant'Ana do Livramento.** 2017. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2008.

HORNGREN, Charles T. **Introdução à contabilidade gerencial.** Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JUND, Sergio. **Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos: teoria e 950 questões.** 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LOUREIRO, Eleonora Rodrigues; MADEIRA. **Expansão dos correspondentes bancários no Brasil: análise empírica.** 2011. 55 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MIRANDA, Ana Luiza Castro; ALMEIDA, Edson Rodrigo de. **Sistema de controle interno e tomada de decisão: um estudo de caso na empresa Embaré indústrias alimentícias S/A.** Revista Brasileira de Gestão e Engenharia, São Gotardo, n. 12, p. 1-23, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/227>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JR, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Controladoria estratégica.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

- PEREIRA, Amanda Carolina Silva. **A importância do controle interno:** estudo de caso numa microempresa localizada no município de Campina Grande – PB. 2017. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual da Paraíba Campus I, Campina Grande, 2017.
- PEREZ JUNIOR, Jose Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis:** normas e procedimentos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.
- SILVA, Edson Cordeiro. **Introdução à administração financeira:** uma nova visão econômica e financeira para a gestão de negócios das pequenas e médias empresas. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- SILVA, Karin Fabiane Martinazzo. **Análise de controle interno:** estudo de caso no contas a pagar e receber das empresas Visaluz e Escola Shekinah. 2013. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.
- SILVA, Marli Terezinha Moraes da. **Controles internos:** desafios das organizações para atingir a efetividade do sistema de controle interno através das melhores práticas. 2013. 63 f. Monografia (conclusão do MBA em Auditoria Integral) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- SOBIESKIA, Deise; OLIVEIRA, Melissa Esteves de; MELO, Quelen Daiane Pereira de; DUTRA, Catherine Chiap. **Avaliação dos controles internos financeiros em uma empresa do ramo metal mecânico de Caxias do Sul – RS.** In: SEMENÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA CENTRO DE NEGÓCIOS– FSG, n. 1, 2017, Caxias do Sul, **Revista Global Manager Acadêmica**, n. 1, p. 1-23, 2017. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/globalacademica/search/authors/view?firstName=Catherine&middleName=Chiappin&lastName=Dutra&affiliation=&country=>>. Acesso em: 11 de novembro de 2018.
- VIEIRA, José Aluísio. **Controles internos em instituições financeiras:** uma comparação entre as normas brasileiras (BCB) e os princípios internacionais (BIS/BASILÉIA). 2005. 116 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, 2005.
- YAMAMOTO, Marina Mitiyo; PACCEZ, João Domiraci; MALACRIDA, Mara Jane Contrera. **Fundamentos da contabilidade:** a nova contabilidade no contexto global. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO**CONTROLE INTERNO FINANCEIRO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE
CORRESPONDENTE BANCÁRIO.****ACADÊMICAS: ELISIELE CARVALHO E MARLUCE PIRES****Perfil dos entrevistados:**

1- Formação:

2- Cargo:

3- Tempo na função:

Perfil da empresa:

1- Tempo no mercado:

2- Número de funcionários:

3- Faturamento:

4- Tipo de Contabilidade:

5- Portfólio:

Questões abertas:

1- O que você entende por controle interno?

2- Em sua opinião a sua empresa possui um controle interno eficiente? Justifique.

3- Você tem acesso às demonstrações contábeis da empresa? Quais e com que frequência?

4- Para você qual é a importância das demonstrações contábeis para o bom andamento das atividades da empresa?

Questionamentos sobre o contas a receber:

1- Os recebimentos do conta a receber são efetuados diretamente na conta Caixa/Banco?
SIM () NÃO ()

2- As baixas dos valores recebidos são realizadas com documentos hábeis e comprobatórios?
SIM () NÃO ()

3- Há controle dos valores a receber que estão em atraso?
SIM () NÃO ()

4- Há uma conciliação periódica do contas a receber com a contabilidade?
SIM () NÃO ()

5- Há uma conciliação periódica do sistema bancário com o sistema de gestão utilizado pela empresa?
SIM () NÃO ()

Questionamentos sobre o contas a pagar:

1- Todos os pagamentos são realizados através da conta Banco? Se não, qual o critério.
SIM () NÃO ()

2- Há revisão e autorização dos pagamentos efetuados?
SIM () NÃO ()

3- As baixas das duplicatas a pagar são realizadas com documentos hábeis e comprobatórios?

SIM () NÃO ()

4- Há controle de duplicatas vencidas?

SIM () NÃO ()

5- Existe a possibilidade de um pagamento ser feito em duplicidade?

SIM () NÃO ()

6- Há uma conciliação periódica do contas a pagar com a contabilidade?

SIM () NÃO ()

7- Despesas pessoais dos colaboradores são reembolsadas pela empresa? Se sim como esse procedimento é realizado?

SIM () NÃO ()

Questionamentos sobre o funcionamento interno da empresa:

1- Há algum manual de controle interno da empresa?

SIM () NÃO ()

2- Há funções consideradas concomitantes na empresa? Quais?

SIM () NÃO ()

3- Os procedimentos são padronizados?

SIM () NÃO ()

4- Quais os sistemas utilizados na empresa?

5- Como se dá o controle de acesso desses sistemas?
